



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**LETRA PRETA:
A INSERÇÃO DE JORNALISTAS NEGROS NO IMPRESSO**

YASMIN SANTOS MOREIRA PINTO

Rio de Janeiro

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**LETRA PRETA:
A INSERÇÃO DE JORNALISTAS NEGROS NO IMPRESSO**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

YASMIN SANTOS MOREIRA PINTO

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa

Rio de Janeiro

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS, Yasmin

Letra preta. A inserção de jornalistas negros no impresso. Rio de Janeiro, 2019.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo),
Escola de Comunicação – ECO –, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Orientadora: Cristiane Henriques Costa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Letra preta: a inserção de jornalistas negros no impresso**, elaborada por Yasmin Santos Moreira Pinto.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa
Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Dra. Liv Rebecca Sovik
Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo – USP
Departamento de Fundamentos da Comunicação – UFRJ

Flávia Oliveira de Fraga
Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Jornalista do Grupo Globo

Rio de Janeiro

2019

Para Alayde dos Santos, minha vó, símbolo
de resistência e doçura.

AGRADECIMENTOS

Há um provérbio iorubá que afirma: “Se posso colocar-me de pé, é porque minhas costas estão apoiadas em minhas ancestrais.” Não poderia deixar de agradecer a benção e a proteção daquelas que teceram suas vidas com fios de ferro, que construíram os caminhos para que eu pudesse chegar até aqui hoje, em especial Alayde dos Santos, minha querida vó, descendente direta de indígenas e negros escravizados.

Minha mãe, Maria Eugênia dos Santos, e meu pai, Adilson do Couto, construíram um lar para que eu sempre pudesse me sentir segura e confiante para caminhar rumo a uma universidade pública, algo que eles nunca nem puderam sonhar para si mesmos. Junto ao meu irmão Juninho deram todo o apoio necessário para que eu não sucumbisse ao longo desses quatro anos. À minha mãe, minha flor, agradeço também pela parceria, pelos choros compartilhados, pelos abraços.

Agradeço também a minha madrinha, Marilza Gomes, e meu padrinho, Paulo César, que não só bancaram os meus estudos durante toda a minha vida, mas por serem também os meus segundos pais. Agradeço por vibrarem comigo a cada pequena conquista desde o período escolar até aqui.

Abraço e agradeço a oportunidade de ter tido encontros tão afetuosos nos últimos anos. Não tenho como não agradecer aos amigos que me ouviram falar aleatoriamente sobre o tema em mesas de bar, durante um almoço no meio do expediente, em áudios de WhatsApp, na praia, na fila do cinema, no meio de um samba. Eu certamente não teria conseguido domar minhas inseguranças sem o carinho e a paciência que recebi de todos vocês. De forma especial agradeço a Ana Beatriz Ribeiro, amiga-irmã que me pegou pelo braço e me trouxe de Seropédica até a UFRJ. Que felicidade termos nos cruzado pela vida!

Agradeço também a minha orientadora, Cristiane Costa, por trazer sempre novas ideias às minhas discussões e por sanar com paciência e atenção as dúvidas que foram surgindo ao longo do projeto. Agradeço por seu incentivo e animação constantes em ver este projeto tomando forma.

Por fim, agradeço também aos 47 jornalistas que muito gentilmente separaram parte de seu precioso tempo para responder às minhas questões: Aline Alencar, Amanda

Pinheiro, Ana Carolina Diniz, Ana Carolina Santos, Ana Elisa Santana, Ana Luisa Santos, Breiller Pires, Brenda Luíza Ferreira, Bruna Domingos Alves, Bruno de Castro, Caroline Melo, Cássia Ferreira Andrade, Denise Mota, Eduarda Talicy, Emily Almeida, Erika Paixão, Fabiana Moraes, Felipe Barcellos, Felipe Rocha, Flávio Bandeira, Gil Luiz Mendes, Gilberto Porcidonio, Gisele Carvalho, Guilherme Ibraim, Iarema Soares, José Antonio Leme, Julia Fernandes, Júnior Bueno, Leandro Santos, Luanda Vieira, Luís Felipe, Luiz Teixeira, Maiara Santiago Barbosa, Máira Brito, Manoela Matos, Marcello Corrêa, Maria Luisa Ferro, Maria Tereza Santos, Marlon Diego, Matheus Rocha, Pablo Santana, Renato Costa, Tania Regina Pinto, Thaiza Pauluze, Tiago Coelho, Tiago Rogero e Wander Veroni Maia. Aprendi muito em cada entrevista.

E o risco que assumimos aqui é o ato de falar em todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (ifans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos a nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

Lélia Gonzalez¹

¹ Lélia Gonzales, Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2523992>>. Acesso em 3 de jul. 2019.

SANTOS, Yasmin. **Letra preta: a inserção de jornalistas negros no impresso.**
Orientadora: Cristiane Henriques Costa. Monografia (Graduação em Comunicação Social
– Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2019.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a inserção de jornalistas negros em veículos impressos a partir da perspectiva desses próprios profissionais. Para isso, transferimos o debate racial sobre a representação do negro nas páginas dos jornais para as estruturas das redações. Entrevistamos jornalistas negros para conhecer seus dilemas, conflitos, motivações. Ao todo, foram entrevistados 47 profissionais entre 22 e 62 anos de idade. No impresso, a questão de representatividade se dá não pela imagem do profissional, como pode acontecer na televisão, mas pelo o que ele produz. A pesquisa parte desse ponto para discutir a importância da diversidade de vozes para a construção de um jornalismo democrático e de uma cobertura responsável sobre grupos minorizados, em especial a população negra.

Palavras-chave: jornalismo; diversidade no jornalismo; questões raciais; jornalistas negros; jornalismo responsável.

SUMÁRIO

1. **Introdução**
2. **Claros e escuros**
 - 2.1. Becos da memória
 - 2.2. Um defeito de cor
 - 2.3. Espelho infiel: entre o leitor e o autor
3. **Letra preta, páginas brancas**
 - 3.1. Quando a imprensa branca fala da gente negra
 - 3.2. Faíscas elétricas: a mídia branca e os jornalistas negros
 - 3.3. *Wikipretos*: negritude em pauta
4. **Quem lacra, lucra**
 - 4.1. Um homem com uma máquina ou uma máquina em um homem
 - 4.2. Velhas raposas no comando
 - 4.3. Por uma linguagem responsável
5. **Conclusão**
6. **Referências Bibliográficas**
7. **Apêndice**
 - 7.1. Apêndice A
 - 7.2. Apêndice B

1. Introdução

Peço licença para escrever em primeira pessoa. Como jornalista negra, este trabalho também é sobre mim. Não são poucos os teóricos que afirmam que uma pessoa negra, com ou sem consciência racial, passa a questionar o seu entorno e a entender o seu lugar social quando em ambientes excludentes. A diferença pode ser terra frutífera. Minha trajetória dentro da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro não se difere muito deste raciocínio. Ao fazer o teste do pescoço e contar quantas pessoas negras haviam ao meu redor quando cheguei, sobraram-me dedos.

O mesmo percebi quando passei a estagiar com jornalismo impresso em março de 2018. À época, apenas uma pessoa negra trabalhava comigo na redação. Como se não bastasse, descobri que formávamos a primeira dupla de pessoas negras a serem contratadas na revista. Ele, o primeiro homem; eu, a primeira mulher. Quis respostas. Comecei a questionar estagiários e repórteres de outros veículos quanto à diversidade racial nas redações em que trabalhavam. Vasculhei os contatos na minha agenda e perguntei a uma amiga do jornal *O Globo* quantas pessoas negras ela conseguia contar na redação. A soma, que não me lembro ao certo, mal ultrapassava a primeira dezena. Aos poucos, fui me aproximando de mais estagiários e repórteres negros. Conversávamos de forma informal, compartilhando experiências muitas vezes dolorosas.

A primeira semente deste estudo surgiu de maneira espontânea e totalmente pessoal, confesso. Não era, de fato, uma pesquisa. Era uma tentativa minha de não me sentir só.

Ao mesmo tempo, a questão que me motivava também tinha seu viés acadêmico. Eu sabia que como e o que se fala era extremamente importante, mas ainda me questionava: que importa quem fala? O que muda quando pessoas que partem de lugares sociais distintos ocupam as fileiras do jornalismo? Se disser que respondi a essas duas perguntas em toda a sua complexidade ao longo deste texto estarei mentindo, principalmente a segunda. Mas tentei. Interessava-me levantar questões importantes para entender o contexto social e midiático no qual os jornalistas negros estão inseridos.

A representação do negro na mídia, há muito já discutida em diversos trabalhos acadêmicos, não será o centro deste estudo. Esta pesquisa foca na experiência de profissionais negros que atuam ou já atuaram em veículos impressos do país, seus dilemas, conflitos, motivações. Ao todo, foram entrevistados 47 profissionais. O *corpus* é amplo, o que constitui

inegavelmente um desafio. Nossos entrevistados tem entre 22 e 62 anos de idade, estão espalhados em sua maioria por veículos da grande imprensa, mas também da mídia alternativa e local. Geograficamente, concentram-se na região Sudeste, mas também estão presentes nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Apesar de chegarmos a alguns dados numéricos interessantes, esta pesquisa tem caráter qualitativo, o que nos permitirá focar de maneira individual na perspectiva de nossos entrevistados.

Grande parte desses jornalistas se voluntariaram diante de um *tweet* que foi publicado em 14 de abril de 2019 na minha conta. Nele, eu pedia ajuda para encontrar jornalistas negros que já tivessem atuado ou ainda atuassem em veículos impressos pelo país e entrevistá-los. Entrei em contato com mais de 100 jornalistas. Os 47 que participaram deste estudo foram os que conseguiram responder nossas questões a tempo, mais ou menos até maio. As entrevistas aconteceram por e-mail para que os jornalistas tivessem tempo para refletir sobre sua trajetória e respondessem cada questão com cuidado. Teve quem respondeu em um dia, teve quem preferiu tirar semanas para refletir. Cada jornalista respondeu 14 questões que versavam, entre outras coisas, sobre suas experiências profissionais, relações raciais dentro das redações pelas quais ele passou e uma questão latente: a diversidade no jornalismo.

As perguntas, no entanto, preocuparam os entrevistados. Não foram poucos os pedidos de anonimato que recebi. Decidi ceder não só aos pedidos desses profissionais, mas em conceder anonimato para todos. Para um profissional negro que se inseriu a duras penas em um mercado majoritariamente branco, há um forte medo de se sentir “queimado” ao denunciar situações e comportamentos racistas. Ele está sempre sendo posto à prova. A solidão também atua na sua própria insegurança. Alguns pareceram constrangidos em admitir que já haviam experienciado racismo em seu próprio ambiente de trabalho. Uma vergonha que parte da vítima, não do opressor. Dessa forma, os relatos que recebi serão citados ao longo das próximas páginas apenas com a identificação da data em que as entrevistas foram realizadas.

A intenção de se voltar para veículos impressos num momento de explosão digital é estratégica. Nas páginas de jornais e revistas, não há distinção entre os repórteres. Independentemente da cor da pele, suas assinaturas seguem o mesmo padrão. A questão de representatividade se dá não pela imagem do profissional, como pode acontecer na televisão, mas pelo tipo de reportagem que ele produz, pelos personagens que ele escolhe e pela forma que decide retratá-los. Nesse sentido, a questão da diversidade atua de forma ainda mais direta

na produção do conteúdo jornalístico. Quem são os profissionais que se escondem por trás dessas páginas brancas e letras negras?

É pensando nesse ocultamento da face que esta pesquisa discute uma lógica pendular de silenciamento e evidenciamento da cor, que permite a manutenção da estrutura racista. O romance entre o capitalismo e a diferença parece aproximar pessoas negras das estruturas de poder, mas ainda não dos lugares de poder. Numericamente não só os jornalistas negros ainda são minorias nas redações Brasil afora, como são quase inexistentes quando os procuramos entre os cargos de chefia.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos. Na primeira parte, serão discutidas as questões raciais propriamente ditas, construindo uma breve perspectiva histórico-social do problema da cor. Especialmente o silenciamento da cor no período pós-abolição, objeto de estudo da historiadora Hebe Mattos. Com o auxílio do filósofo Silvio Almeida, busca-se uma definição abrangente de racismo e de como as três perspectivas (individualista, institucional e estrutural) podem ser interpretadas a partir de episódios midiáticos. Discute-se também o papel histórico e social do jornalista como “Senhor da Memória”, conceito desenvolvido pela pesquisadora Marialva Barbosa, e, ainda que de forma breve, a não representação do negro de outros grupos minorizados nas páginas da imprensa. O texto fundamental do filósofo francês Michel Foucault será a referência para classificar o jornalista como um autor e entender as possíveis implicações que esse papel confere.

O segundo capítulo propõe um mergulho na perspectiva dos entrevistados. Discute-se racismo midiático, a partir dos estudos do professor Muniz Sodré, e a importância da construção de uma mídia antirracista. Para entender uma das questões que esta pesquisa propõe levantar, “que importa quem fala?”, reflete-se como o conceito de lugar de fala se relaciona com o jornalismo. O estudo de Djamila Ribeiro mostra que a fala de grupos minorizados não se resume à emissão de palavras, mas se relaciona de forma direta com a reivindicação da existência desses grupos.

Por meio dos relatos dos entrevistados, esta pesquisa buscará analisar as relações raciais das redações pelas quais eles passaram, comparando os dados recolhidos com os resultados de pesquisas anteriores sobre a disparidade entre jornalistas negros e brancos na imprensa. Como foi proposto pensar o jornalista como um autor, este trabalho compartilhará algumas de estratégias usadas pelos entrevistados para que as questões raciais possam ser

debatidas para além dos dias 13 de maio de 20 de novembro e também para que pessoas negras não sejam representadas de forma estereotipada.

Aqui o jornalista é visto como um reelaborador de realidades, um profissional multidisciplinar que deve carregar em seus ombros, e principalmente sobre a pena que escreve, uma responsabilidade social. Partindo dessa perspectiva, foi preciso voltar às salas de aula de algumas faculdades de comunicação. Parece que estamos formando máquinas de escrever ao invés de seres humanos à frente delas. A que serve uma formação acadêmica centrada nos interesses do mercado, com pouco espaço para reflexão tanto profissional quanto social? Como discute-se no capítulo 3, quando se trata da cobertura de grupos minorizados, o jornalismo afrouxa seus limites e age de forma despreocupada e improvisada. A diversificação dos personagens, das fontes, a adoção de uma linguagem responsável é opcional.

Nesse mesmo capítulo, discute-se de forma breve a questão da diversidade. Quem lacra, lucra? Este estudo recorre mais uma vez às entrevistas para entender se existem e como se dão as políticas de diversidade nas redações. Na falta de bons exemplos brasileiros, serão apresentados também exemplos norte-americanos.

O racismo perpassa todas as instâncias desse trabalho e o mais instigante é a posição de negação da mídia. Quando confrontada, a imprensa faz questão de dizer que se opõe ao racismo e a quaisquer formas de discriminação, mas, se ela precisa verbalizar esse posicionamento em suas páginas é por que, de alguma forma, o racismo anda rondando as suas redações.

Muitos dos títulos utilizados nos capítulos desta pesquisa fazem referência explícita ou parafraseiam artigos e livros escritos ou organizados por autores negros. De uma forma ou de outra, citaremos seus nomes ao longo do texto e a maioria deles voltarão a aparecer ao fim, em nossas referências bibliográficas. É um convite que deixaremos ao leitor.

2. Claros e escuros

No Brasil, a invisibilidade social aumenta em razão inversa à visibilidade da cor de determinados indivíduos. Apesar de ser cromaticamente mais visível do que as pessoas brancas e ainda constituírem maioria populacional, a população negra ainda é socialmente invisível. Aliando-se a uma perspectiva foucaultiana de poder, a imprensa poderia mesmo constituir um ambiente profícuo para se reverter culturalmente este quadro, já que, como defende Muniz Sodré, as relações raciais modulam-se e crescem à sombra da mídia. Esta, no entanto, representa o intelectual coletivo das elites (brancas), que se empenha em consolidar o velho entendimento do povo como “público”, sem se comprometer com causas verdadeiramente públicas e tampouco com a afirmação da diversidade da população brasileira. (SODRÉ, 2015)

2.1. Becos da memória

É preciso falar sobre a escrita e, principalmente, sobre quem detém ferramentas para dar concretude ao pensamento, às ideias, às diferentes realidades e formas de ser. O jornalista toma do entrevistado algumas poucas palavras e, a partir delas, cria e reinventa realidades. É uma posição privilegiada na sociedade e indiscutivelmente associada à concepção mais ampla de poder.

Ao selecionar o que pode ser tomado como notícia, os meios de comunicação estão “procedendo à criação do próprio acontecimento” (1995, p. 87), como escreveu a historiadora Marialva Barbosa no artigo “Senhores da Memória”. Ao transformar um fato em documento, prova concreta de um presente que muito em breve será revisitado pelo futuro, os jornalistas conferem não só uma nova dimensão ao acontecimento, como também, de certa forma, o constituem, o constroem. Seguindo critérios altamente subjetivos, o jornalismo faz uma seletiva reconstrução do presente e, fixando no hoje, uma memória futura do próprio acontecimento. E é esta capacidade de ser um dos “senhores da memória” que lhe confere um inegável poder.

Há ainda uma dicotomia estabelecida nessa lógica. Nesse processo de criação da notícia, o jornal produz não só o que precisa ser lembrado, mas também o que deve ser esquecido, silenciado. É compreensível que as páginas de um jornal ou de uma revista não

comportem todas as realidades do público que o veículo cobre. E, quanto maior o espaço entre uma edição e outra, mais difícil será essa tarefa para o *gatekeeper*. Se, ao selecionar os acontecimentos, um jornal diário precisa abrir mão de muitas histórias, imagine uma revista semanal ou mensal.

O que nos intriga, no entanto, não é a abdicação de uma história por outra, mas a escolha de histórias que crescem sempre nos mesmos territórios, com personagens muito parecidos entre si, o reforço diário de estereótipos. Parece haver um acordo tácito entre as publicações de maior veiculação no país que, embora concorrentes, não se mostram à vontade ou estimuladas o suficiente na corrida por um jornalismo mais diverso. Graças a intensas manifestações nas redes sociais, o jornalismo se viu pressionado a mudar. Não podemos afirmar, no entanto, que isso signifique um prenúncio de novos tempos. A mesma mão que oferece, também estapeia.

O jornalismo feito pela grande imprensa serve aos interesses do mercado e do seu ínfimo público consumidor. São muitas as inconsistências na cobertura dos mais diversos assuntos que tange às questões raciais. Há um inegável desleixo por parte da mídia. Tais pautas parecem ser levadas adiante muitas vezes na base do imprevisto e/ou por iniciativa do próprio jornalista. Mesmo quando aparentemente assume uma postura de oposição, a grande imprensa defende a classe dominante, uma vez que seus interesses estão entrelaçados com os dominantes. (BARBOSA, 1995)

Sendo o jornalismo um dos senhores da memória, essa cobertura por vezes irresponsável pode acabar reforçando representações sociais negativas da comunidade negra e de populações periféricas. Só a não representação já constitui em si uma violência, uma vez que a mídia tem poder para modificar a forma como as pessoas se relacionam, aprendem, compram, votam, enxergam o mundo ao seu redor e a si mesmas. “A mídia é o coração da sociedade de informação, sob cuja égide vivemos” (2005, p. 38), sintetizaram Guareschi e Biz.

Esta pesquisa parte da importância do papel da mídia para o entendimento de uma sociedade imbricada por diversas formas de violência. A discussão aborda sobretudo a inserção de profissionais negros nas redações, suas perspectivas, experiências e a construção de um jornalismo mais diverso. Mas, antes de chegarmos lá, precisamos refletir sobre a questão da cor no Brasil.

2.2. Um defeito de cor

A raça negra não existe. Tampouco a branca, a indígena ou ainda a asiática. E isso precisa ser dito para que não nos deixemos cair em conceitos eugenistas. Qualquer divisão racial entre seres humanos – que por si só já constituem uma raça, a humana – é um falseamento biológico.

Como determinadas palavras continuam carregando o cadáver insepulto do conceito odioso que as animou no passado, a forma linguística “raça” é provavelmente algo de que a consciência lúcida deva desembaraçar-se. O que existe mesmo é a “relação racial”, quer dizer, a relação social atravessada pelo imaginário de raça, ancorado em diferenças de gradação de cor da pele. (SODRÉ, 2018, p. 11)

Tal perspectiva, defendida pelo professor Muniz Sodré, não anula o estabelecimento de relações raciais, que podem ser caracterizadas pela “dissimetria nas relações hierárquicas e simbólicas entre seres humanos em virtude de diferenças fenotípicas” (SODRÉ, 2015, 221). Dessa forma, não usaremos, neste trabalho, a expressão “raça negra” ou quaisquer outras que possam carregar a mesma acepção.

Essas estruturas de poder a qual nos referimos foram construídas sobre o sangue de retintos: povos indígenas, africanos e afro-brasileiros que aqui foram torturados e escravizados. Os resquícios da lógica de poder estabelecida no início do século XVI ainda são visíveis em nossa sociedade. Como a abolição se deu por pressões inglesas sobre o Império brasileiro, a libertação dos negros escravizados¹ não aconteceu de forma genuína, muito menos de forma efetiva. A lei, por aqui, vale pouco.

Ao serem alforriados, não houve políticas para a inserção dos ex-escravizados à sociedade, como apresenta a historiadora Hebe Mattos (2015) em seu livro *Das cores do silêncio*. Dessa forma, como assegurar direitos básicos de cidadania a um grupo social que foi reduzido a menos do que nada durante o Reinado português e a vigência do Império? Que, durante quase quatro séculos, viveu de forma desumana e teve sua existência objetificada pelos brancos? Nas palavras de Mattos,

¹ Este trabalho opta por não usar a palavra “escravo” e sim “escravizado”. Os pesquisadores Elizabeth Harkoth-de-La-Taille e Adriano Rodrigues dos Santos (2012) defendem que “estar escravizado instaura tensão entre a continuação e a mudança, diferentemente de ser escravo, que se fecha na estabilidade e na manutenção da condição”.

O conceito de escravo, comum a essas sociedades [das Américas], pressupõe, pelo menos na origem, uma espécie de morte social, um rompimento violento de todas as relações definidoras de inserção e personalidade social do indivíduo capturado ou reduzido à escravidão, que ressurge como escravo em outra sociedade, sem qualquer direito, identidade ou prerrogativa, a não ser as que lhe fossem atribuídas pela vontade do senhor. (MATTOS, 2015, p. 152)

Após a abolição – ou antes, portando uma carta de alforria –, alguns negros conseguiram fugir à regra. São, no entanto, raras exceções. Entre as muitas leis segregacionistas do período colonial, havia uma que impedia que negros ocupassem cargos civis, militares e eclesiásticos, reservados aos brancos. Quando o talento, a competência ou a vontade eram muito grandes, o negro podia pedir a "dispensa do defeito de cor", e só poderia ocupar o cargo depois de dispensado, pela Coroa, do defeito de que padecia (OLIVEIRA, 2008). A descoberta deste tipo de processo impactou tanto a escritora Ana Maria Gonçalves que deu nome ao seu romance mais aclamado, *Um defeito de cor* (2006).

Esse mecanismo simultâneo de evidenciação e silenciamento da cor permeia o estudo de Mattos (2015). Essa lógica pendular, que é parte estrutural da nossa sociedade, é o fio condutor de nossa pesquisa. E entendê-la se faz necessário para refletir sobre as relações raciais dentro das redações.

Analisando processos jurídicos do século XIX, a historiadora discute de que forma o silenciamento da cor poderia ser benéfico ao réu ou ré negros. No que tange à linguagem, podemos observar diferentes designações para as pessoas negras. A palavra “preto”, por exemplo, só era utilizada nos autos do processo para se referir a negros escravizados. Quando dispunham de alforria, o uso ia desaparecendo no conjunto de papéis, enquanto surgiam outras formas, também cunhadas por pessoas brancas, para designar as pessoas negras que estavam em julgamento: “pardo”, “mulato”. A designação de “pardo” era usada, de acordo com a historiadora, com diferenciação variável conforme o caso, na condição mais geral de não branco. Dessa forma, todo escravizado descendente de um homem branco tornava-se pardo, bem como todo ser humano nascido livre que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse ele mestiço ou não. Há, ainda, uma constatação interessante feita por Mattos sobre o primeiro termo apresentado. Por ser o que está diretamente ligado à condição de escravizado, o significante “preto” guarda

[...] para senhores ou escravos um forte sentido de desindividualização. Em momento algum ele é positivamente mencionado na construção de uma

identidade étnica. É sinônimo de escravo. Busca essencialmente caracterizar, na identificação dos personagens envolvidos nos conflitos, essa condição, em todos os discursos em que é utilizado. (MATTOS, 2015, p. 138)

Mais do que o uso a que se destina cada termo, a discussão sobre uma linguagem responsável deveria ser de extrema importância para o jornalismo. Nesta pesquisa, no entanto, não se pretende apresentar respostas sobre qual termo é o mais adequado, mas suscitar debates sobre como as questões raciais são tratadas na elaboração de textos jornalísticos. Como será discutido no capítulo 3, a proposta de uma cobertura atenta e responsável – ou seja, eticamente jornalística – às demandas da comunidade negra faz parte de uma nova perspectiva do que venha a ser um jornalismo diverso. É para lá que, preferimos crer, queremos caminhar.

Como ainda não chegamos lá, nem nesta pesquisa tampouco na vida real, voltemos à nossa questão inicial. Mattos (2015) defende que a noção de cor, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição econômica e social estavam indissociavelmente ligadas. Nos processos analisados pela historiadora, a cor aparece como prefixo ao nome, ao ser, à ideia de liberdade recém-adquirida ou negada.

Associada somente à população negra, o evidenciamento da cor, neste contexto, sempre esteve relacionado a um significado negativo. Os brancos, estejam eles em qualquer dos dois lados da parte do processo, não tinham a cor de sua pele evidenciada, ou ainda o seu estado de liberdade postos à prova. Ainda que pobre, o branco não tinha cor. Ter cor era, à época, carregar em si um estigma. Daí ser compreensível o raciocínio que levava muitos negros que foram escravizados a preferirem silenciar (apesar de muitas vezes o silenciamento acontecer de cima para baixo) a sua própria negritude perante às instituições políticas e sociais. A historiadora, no entanto, pede cautela na classificação deste processo como uma política ou ideal de branqueamento, que ganhou popularidade no país nas primeiras décadas do século XX². Os documentos utilizados por Mattos, no entanto, datam do século XIX, na fronteira entre o pré e o pós-abolição.

² A aspiração dos movimentos higienistas e eugenistas nas primeiras décadas do século XX era de que a diferença racial seria progressivamente extinta na medida da modernização e do progresso. Neste sentido, o Brasil se tornaria branco. “É conhecida a estimativa feita pelo antropólogo João Batista de Lacerda numa conferência em Londres (1911) no sentido de que o embranquecimento no Brasil levaria ainda um século”. (SODRÉ, 2015, p. 118)

Para Mattos, a maioria dos casos analisados por ela trata-se apenas de silêncio. Mestiços e negros, ao perderem a identificação da tonalidade escura de suas peles de forma alguma passaram a ser reconhecidos como brancos. A cor inexistente era, antes de tudo, um privilégio social. Antes de “significar apenas branqueamento, [a cor inexistente] era um signo de cidadania na sociedade imperial, para qual apenas a liberdade era condição.” (MATTOS, 2015, p. 106)

O silêncio da cor também assinala uma realidade em que a liberdade não é mais um monopólio dos brancos e é, de certa forma, um modo de lidar com a crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres. E esta forma de lidar em nada está relacionada a políticas públicas efetivas de inserção do negro na sociedade. A liberdade recai sobre os ombros retintos como uma condição ilusória, uma nova forma de se viver sob o jugo do senhorio. O qualificativo “negro” continuou como sinônimo de “escravo”³.

A experiência de liberdade continua, entretanto, definindo-se em oposição à escravidão. A liberdade não era mais necessariamente “branca”, mas os escravos, bem como grande parte dos forros recentes, continuavam “negros”. Na segunda metade do século, nos processos analisados, os significantes “negro/preto” e “escravo” continuavam com significados equivalentes. (MATTOS, 2015, p. 107)

Assim como a ordem dada por Rui Barbosa, ministro da Fazenda nos idos de 1890, para queimar todos os arquivos que tratassem da escravidão, o silenciamento da cor também pode representar uma tentativa de apagamento do passado. Tentativa de manter a escravidão, o colonialismo em segredo. Não estamos falando, no entanto, da motivação⁴ e do objetivo de Barbosa, que são discutíveis, mas da simbologia histórica por trás deste ato.

Assim, a estratégia de evidenciamento e silenciamento usada no século XIX serve a uma lógica de manutenção do privilégio branco. Para um negro poder ser reconhecido e se reconhecer com dignidade perante à sociedade é preciso que ele abdique do seu “defeito de cor” e se aproxime do ideal branco. Um negro, ainda que liberto, não tinha a liberdade de ser reconhecido como cidadão ou o que quer que se assemelhe a isso simplesmente por sua

³ Aqui usamos o vocábulo que rechaçamos acima para ressaltar a concepção social da época de que a escravização era uma condição passiva do negro.

⁴ Com a queima dos papéis sobre a escravidão, Rui Barbosa buscava evitar que uma campanha indenizatória movida por ex-senhores de escravos - com base justamente nos registros citados - viesse dar um contragolpe à Lei Áurea. Disponível em <<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/glossario/q/queima-papeis.htm>> Acesso em 29 de abr de 2019.

humanidade. A desumanização de qualquer corpo posto em oposição ao branco fincou raízes na história de nossa nação, e perdura até os dias de hoje. O histórico apagamento da questão racial é justamente uma das justificativas para o recorte deste trabalho.

A filósofa francesa Simone de Beauvoir, valendo-se do pensamento hegeliano, defende que há, na consciência humana, uma certa hostilidade a qualquer outra consciência: “o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto.” (BEAUVOIR apud RIBEIRO, 2017, p. 37) Dessa forma, é inegável que quem aponta o outro como objeto detém considerável poder social, e não apenas um caráter ou, como escreve o filósofo brasileiro Silvio Almeida, a ideia de que haveria uma “*essência branca* impressa na alma de indivíduos de pele clara” (2018, p. 58, grifo do autor). Sendo este poder relegado quase que exclusivamente às pessoas brancas no decorrer de nossa história, podemos definir a branquitude como um lugar social

[...] em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (SCHUCMAN apud ALMEIDA, 2018, p. 58)

Até o presente momento o vocábulo “racismo” não havia sido usado neste capítulo, apesar dele passar cada conceito e estrutura de poder aqui apresentada. A instituição da branquitude em consonância com o racismo estrutural são as bases para a construção de nossa sociedade e é onde encontramos justificativa para uma desigualdade racial tão acentuada. Almeida (2018) defende que há três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural.

De forma simplificada, a concepção individualista, como o próprio nome diz, está relacionada a atos gerados por indivíduos de forma espontânea e independente, por vezes até publicizados como patológicos pela mídia. Um exemplo disso são as injúrias raciais sofridas pela repórter da TV Globo Maria Júlia Coutinho em 2015⁵ ou, em 2014, o caso do jogador de futebol Aranha, então goleiro do Santos⁶.

⁵ Em 2015, 50 criminosos publicaram comentários racistas, de maneira coordenada, contra a repórter Maria Júlia Coutinho, na página do Jornal Nacional no Facebook. À época, a jornalista desempenhava a função de “repórter do tempo” do telejornal. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/comentarios-racistas-contra-maria-julia-coutinho-serao-investigados.html>> Acesso em 28 de abr de 2019.

⁶ Mário Lúcio Duarte Costa, então goleiro do Santos e mais conhecido como Aranha, foi chamado de “macaco” por vários torcedores do Grêmio durante um jogo em 2014. Disponível em

Já a concepção institucional poderia ser exemplificada por outro ocorrido com a jornalista Maria Júlia. Em quase 50 anos, o telejornal de maior audiência do país nunca teve uma mulher negra como âncora. Homem negro, até então só um: Heraldo Pereira. No dia 16 de fevereiro de 2019, Maria Júlia Coutinho entrou para a história ao assumir o time de revezamento da bancada do Jornal Nacional⁷, também da TV Globo.

Não há como afirmar que a predominância de jornalistas brancos como âncoras do telejornal seja parte de um projeto de poder explícito desta rede de comunicação. No entanto, é inegável que diversidade, até aquele momento, nunca havia sido uma grande questão, ou até mesmo uma prioridade para a maior emissora do país.

Por fim, a concepção que conecta não só as duas anteriores, mas as relações raciais como estão postas atualmente com as estratégias apresentadas pela historiadora Hebe Mattos. Para Silvio Almeida, o racismo estruturou e estrutura as nossas relações sociais e não há outra concepção, que não a estrutural, capaz de explicar o racismo em toda a sua complexidade. Nas palavras do filósofo,

[...] *o racismo é sempre estrutural*, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que procuramos demonstrar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (ALMEIDA, 2018, p. 15, grifo do autor)

A desigualdade racial assinalada por Almeida pode ser comprovada com os dados do segundo Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe, produzido pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Gemma/Uerj). Tendo por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (PNADC), realizada pelo IBGE em 2016, os resultados do relatório “explicitam a tamanha desproporção da representatividade de brancos nas classes mais altas e de não brancos nas classes mais baixas”. A partir de uma distribuição racial por agregados de categorias ocupacionais do Brasil, o Gemma constatou que 61% dos pretos e 59% dos pardos⁸ ocupam

<<https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,aranha-sofre-ofensas-racistas-de-gremistas-e-desabafa-doi-muit-o,1551235>>. Acesso em 28 de abr de 2019.

⁷ Disponível em <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/13/maju-sera-primeira-mulher-ne-gra-na-bancada-do-jornal-nacional.htm>>. Acesso em 28 de abr de 2019.

⁸ O método da autodeclaração, no IBGE, é feito por cores. Tem-se, por senso comum e acadêmico, adotar a soma ou a média, dependendo do contexto, de pretos e pardos para se referir à população negra.

as classes sociais mais baixas. Entre brancos, a proporção cai para 42%. Nas classes mais altas, brancos alcançam a proporção de 28%. Pretos e pardos figuram, respectivamente, entre 12% e 13%. “Em todas as mensurações, observamos significativas vantagens dos brancos com relação aos não brancos, haja vista que os resultados de pretos e pardos são muito semelhantes”, conclui o estudo (CAMPOS et al, 2018, n.p.).

Diante do que aqui foi exposto, a relação de classe não esgota a relação racial, como defendido por Muniz Sodré (2018) e por uma gama sem-fim de pesquisadores. A desigualdade racial é um produto de uma estrutura social racista, e não apenas de alguns indivíduos ou instituições racistas. É um projeto de poder. Como vivemos numa democracia, cabe a nós optar por dar continuidade a ele ou discutir meios para revertê-la ou freá-la de alguma forma. E isso deveria ser uma preocupação de todos nós, como sociedade, e não apenas da população negra.

2.3. Espelho infiel: entre o leitor e o autor

Um leitor, desavisado, esbarra com uma matéria escrita por um jornalista negro em um jornal ou revista de grande circulação. Apenas com a assinatura do repórter não dá para saber quem é aquele que muito em breve será esquecido em meio às dezenas de nomes que se sucederão ao longo das páginas. Adiante, uma matéria escrita por um jornalista branco e outra, e outra, até que se esgota a edição que, além de pertencer a um veículo chefiado por brancos, é escrita e editada majoritariamente por pessoas brancas. É o padrão.

O leitor, desavisado, não é sequer capaz de dizer o que distingue um profissional do outro diante das matérias e dificilmente apontaria a cor como um fator. Em veículos impressos, não há distinção gráfica entre uma matéria escrita por um jornalista branco e um negro, por exemplo. Pode haver diferença no tamanho, no espaço hierárquico destinado a ela nas páginas do jornal (escolhas feitas pelo editor e não pelo profissional em questão), mas não há distinção, para o leitor, do que uma assinatura ou outra pode representar.

É onde entendemos a importância de se discutir o impacto social e jornalístico da inserção de profissionais negros nos veículos impressos. A qualidade jornalística, ao contrário da televisão e de muitos portais digitais que identificam o profissional imagneticamente, se sobrepõe a questões de representatividade para dar lugar ao conceito de lugar de fala, que

conceituaremos melhor no segundo capítulo. É de onde se entende a grandeza da conceituação do termo “autor”.

No ensaio “O que é um autor?”, Michel Foucault (2001) tenta responder a pergunta que dá título ao texto. Apesar do ensaio ter como objeto primeiro de estudo os autores literários, tomamos a liberdade de trazer as reflexões do filósofo para o jornalismo. Foucault toma emprestado a frase de Samuel Beckett: “Que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala” (apud FOUCAULT, 2001, p. 264). Transformando a indiferença do dramaturgo irlandês em indagação, o filósofo relembra o que há muito era então defendido pela filosofia e pela crítica: quando escreve, o autor se deixa desaparecer em suas palavras.

No entanto, Foucault não concorda com essas visões. Para ele, é possível perceber a relevância de quem se escreve pelo mais simples: o nome. O nome do autor é um nome próprio e, como tal, carrega os mesmos problemas. O nome próprio é o equivalente a uma descrição, e não tem pura e simplesmente uma significação.

[...] para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer "isso foi escrito por tal pessoa", ou "tal pessoa é o autor disso", indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status. (FOUCAULT, 2001, p. 276)

Ao ler uma reportagem em um jornal ou revista, o leitor entende que esta palavra deve ser recebida de uma certa maneira e dá a ela um status social. Pode-se argumentar que o nome de um repórter, entre tantos, tem muito mais facilidade de ser esquecido pelo leitor do que de um autor literário. De fato. No entanto, ainda assim, é este nome que pode ser facilmente esquecido, que é costumeiramente ignorado, é relido e recordado pelo leitor quando um texto o provoca pessoalmente.

O jornalista, embora não desempenhe o mesmo papel de um escritor literário no exercício da profissão, é também um autor. O jornalista precisa fazer escolhas narrativas. Com ressalvas a pedidos que podem ser feitos pelo editor a que o repórter responde, o jornalista pauta os seus próprios textos, escolhe quem vai falar, sobre o que vai falar, em que contexto esta fala será inserida no texto, que hierarquia cada informação receberá ao longo da reportagem. Todos esses critérios, embora tentem beirar uma dita objetividade, são

altamente subjetivos. O jornalista é também um autor, e ele emprega sua marca em seus textos.

Mas voltemos à questão levantada por Foucault: que importa quem escreve? Em seu livro *Pena de aluguel*, Cristiane Costa estende a indagação do filósofo a um contexto de desigualdade social. O que acontece quando o mesmo autor vê a partir de um ângulo privilegiado de repórter e, simultaneamente, tem a própria pele marcada por “tortura, marginalidade, engajamento, patrulhismo ou cooptação?” (COSTA, 2004, p. 15)

Este ângulo privilegiado é não só o jornalismo – por aproximar o autor de diferentes pontos de vista –, mas, indo um pouco mais afundo, a escrita. Marialva Barbosa (2016) nos apresenta a profunda relação de negros escravizados com a escrita. O ato, muitas vezes subversivo, era um meio de se aproximar à liberdade. Os corpos podiam estar presos às correntes, mas as mentes não. Escrevendo a partir de suas próprias perspectivas de si, de suas realidades e das dos demais, com uma escrita indissociável à oralidade, estas pessoas deixaram rastros de uma outra versão da história. E nada mais subversivo do que encontrar meios de resistir à história.

A historiadora também defende que a escrita pode ser vista “como um elemento de construção seletiva da memória, que contém em si mesma a questão do poder.” (BARBOSA, 1995, p. 89) Desse modo, escrever é uma forma não só de construir memória, de comprovar existência no futuro, mas de existir no presente em que se escreve, de se reafirmar. A escrita de um autor, que ocupa o lugar privilegiado de jornalista, e que fora ou ainda o é marginalizado, parte inegavelmente de um ponto de vista diferente do hegemônico. Ele pode, obviamente, se ver pressionado a relatar a realidade seguindo os preceitos editoriais do veículo no qual ele escreve. Mas, partindo de um lugar social marginalizado, sua percepção da realidade dificilmente será a mesma de quem sempre deteve o privilégio da fala.

Como explica [Patricia Hill] Collins, quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades. (RIBEIRO, 2017, p. 61)

É preciso, pois, refletir sobre a fala do sujeito, daquele que é cidadão, antes mesmo de jornalista. O direito de falar é reivindicar a própria existência e exercer, de alguma forma, um

certo tipo de poder. O jornalismo que reflete em seu espelho a sociedade é infiel ao representar o negro e demais grupos marginalizados.

Em 1995, Marialva Barbosa analisou, durante uma semana, as edições dos principais jornais cariocas. A historiadora constatou que os habitantes da cidade são caracterizados por uma tipologia própria: “os da zona sul são geralmente as vítimas, os agentes passivos da ação, ou aqueles que eventualmente fogem aos padrões esperados de comportamento e, assim, se transformam em notícia. Nas favelas e periferia, estariam os agentes ativos, que, sistematicamente, com sua ação ‘anormal’, anti-social, deflagrariam o acontecimento.” (BARBOSA, 1995, p. 98)

Fora dessa lógica conflituosa, as pessoas marginalizadas costumam inexistir. Suas demandas, direitos, saberes e histórias permanecem em silêncio nas redações, provocando pouco interesse além de uma construção caricata da realidade. Para os jornalistas que se reconhecem nesses grupos sub representados, o silêncio é ensurdecedor.

3. Letra preta, páginas brancas

Constituída sob a égide do patrimonialismo e da oligarquia, como observa Muniz Sodré (2015), a sociedade brasileira construiu suas relações de poder baseadas no modelo colonial de dominação, que era inegavelmente racista. A mídia brasileira é fruto desta sociedade. Quando pensamos em veículos da considerada grande imprensa, esta que detém a hegemonia não só dos veículos impressos mas dos meios de comunicação no geral, percebemos a relação de proximidade entre racismo e mídia. O racismo, assim como na sociedade brasileira, não está apenas intrínseco à mídia, é parte estruturante dela.

Uma das justificativas para esse ponto de vista é que a mídia sempre defendeu os interesses de uma classe social muito bem delimitada, a elite (BARBOSA, 1995). Seu interesse primeiro é conservar a já estabelecida estrutura de poder, visa um benefício próprio. Quaisquer mudanças que possam ser feitas ou sugeridas não podem modificar efetivamente nessa estrutura. Sendo assim, o jornalismo, a partir desta perspectiva, defende não só interesses, como tem liberdade para fazer uso de critérios altamente subjetivos para defendê-los.

Nos círculos de poder, é comum ouvir que “não existe almoço grátis”. A frase faz referência a possíveis trocas de favores entre políticos e jornalistas. Nesta relação entre elite e mídia também não existe almoço grátis. A mídia herdou seu racismo da sociedade na qual ela está inserida e o racismo desta sociedade é continuamente alimentado pelos veículos de imprensa.

Sabe-se efetivamente que da influência interativa entre elites de diferentes ordens – grupos de alta renda, ministérios, organizações de trabalho, intelectuais e meios de comunicação de massa – resultam os padrões cognitivos e políticos que orientam os componentes da ação social e do julgamento ético presentes no comportamento racista. (SODRÉ, 2015, p. 276)

Não podemos, de forma alguma, pensar que, a partir disso, a mídia é ingênua e está apenas devolvendo um favor a quem até hoje a financia e detém os meios de produção. Como defendido por Sueli Carneiro, racismo sequer é coisa de gente ignorante. “Racismo é coisa de profissional, é estruturante para o exercício de poder contra quem o racista julga ser inferior” (CARNEIRO apud MARTINS et al, 2018, p. 124). O racismo é de interesse da elite brasileira.

3.1 Quando a imprensa branca fala da gente negra

Apesar desse histórico, há, no jornalismo, uma necessidade de se mostrar contra qualquer tipo de discriminação ou preconceito. Essa necessidade, no entanto, é baseada no verbo. Quando postos contra a parede, a reação dos veículos impressos é verbalizar, deixar explícito para todo e qualquer leitor que sua intenção é fazer jornalismo, é cobrir fatos com o máximo de objetividade, imparcialidade e isenção que a situação possa permitir. É preciso dizer, como se estivesse reafirmando, que seu posicionamento nunca será racista. E o verbo se fez carne.

Com um editorial supostamente contra o racismo se constrói um jornal que se esquiva dessa prática, mas não é suficiente para provar que ele seja antirracista. Basta folhear a publicação e analisar o tratamento diferenciado que um personagem negro pode receber quando é retratado em suas páginas. E como se sente o profissional negro que trabalha neste veículo?

Ora, contra o racismo todos somos até por que a própria Constituição Brasileira o repudia e o estabelece como crime inafiançável e imprescritível⁹. Um jornal que se diz contra o racismo não está fazendo nada mais do que seguir a lei. Não é um grande ato ou sequer um favor à população negra. É questão básica de cidadania, e é, segundo o Código de Ética dos jornalistas brasileiros, dever do profissional¹⁰. Um comportamento antirracista, no entanto, vai além.

Em 1979, durante um discurso em Oakland, nos Estados Unidos, Angela Davis defendeu que “numa sociedade racista, não adianta não ser racista, nós devemos ser antirracistas”. A frase se tornou popular e circula pelas redes sociais quando algum caso de racismo ganha notoriedade na imprensa. Na concepção da filósofa e ativista norte-americana, a prática antirracista pressupõe algo para além do comportamento individual e, quando

⁹ O racismo é mencionado duas vezes na Constituição. Aparece primeiro no Art. 4º, inciso VIII, em que o texto o repudia; e no Art. 5º, inciso XLII, onde é tipificado como crime inafiançável e imprescritível. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 22 jun 2019.

¹⁰ "É dever do jornalista opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos." Art. 6º, inciso I, do Código de Ética dos jornalistas brasileiros. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em 22 jun 2019.

falamos em imprensa, nunca estamos falando apenas das páginas velhas de um jornal. A mídia impacta na percepção que as pessoas podem construir sobre o mundo. Num país racista, nós temos uma imprensa que, quando lhe convém, diz-se contra o racismo.

Muniz Sodré observa que o racismo midiático pode ser suscitado por fatores da ordem da negação, do recalçamento, da estigmatização e da indiferença profissional.

- 1) A negação — Do mesmo modo como as elites de hoje rejeitam o racismo doutrinário ou evitam a pecha de “sujeitos da discriminação”, a mídia tende a negar a existência do racismo, a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrantes desse ou daquele dispositivo antirracista ou a episódicos conflitos raciais. De uma maneira geral, porém, as elites logotécnicas, ao contrário das elites identitárias do passado, tendem a considerar “anacrônica” a questão racial, deixando de perceber as suas fontes mutantes e assim contribuindo para a reprodução do fenômeno em bases mais extensas.
- 2) O recalçamento — Tanto no jornalismo quanto na indústria cultural em seus diferentes modos de produção, costuma-se recalçar aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra. Assim é que, quando se fala de vitalismo cultural da música popular brasileira, não se acentua suficientemente a sua proveniência nem o papel tático que tem desempenhado nas relações inter-raciais. O mesmo acontece quando se trata de vultos importantes da história, das artes, da literatura. É frequente encontrarem-se profissionais competentes da mídia completamente ignorantes no que diz respeito à história do negro no Brasil e nas Américas.
- 3) A estigmatização — [...] Num país de dominação branca, a pele escura tende a tornar-se um estigma. Na verdade, qualquer tipo de diferença (p. ex., traços faciais distintos como entre os hutus e os tutsis em Ruanda) pode ser estigmatizado e suscitar juízos de inferioridade sobre o outro.

Com referência ao negro, a mídia, a indústria cultural constroem identidades virtuais não só a partir da negação e do recalçamento, mas também de um saber de senso comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições. Da identidade virtual nascem os estereótipos e as folclorizações em torno do indivíduo de pele escura.

- 4) A indiferença profissional — A mídia organiza-se empresarialmente, com motivações de lucro e poder semelhantes às de outras iniciativas industriais. Diferentemente da imprensa tradicional, que podia bater-se por causas públicas ou políticas, a mídia contemporânea pauta-se pelos ditames do comércio e da publicidade, pouco interessado em questões como a discriminação do negro ou de minorias. Os profissionais midiáticos acabam dessensibilizando-se com problemas dessa ordem. Por outro lado, é reduzida a presença de negros nas fileiras profissionais da mídia brasileira. Quando indivíduos de pele escura conseguem empregar-se em redações de jornais ou em estações de televisão, mesmo que possam ocupar uma função importante, são destinados a tarefas ditas “de cozinha”, isto é, aquelas que se desempenham nos bastidores do serviço, longe da visibilidade pública. (SODRÉ, 2015, p. 279)

Para Sodré, “nenhuma verdadeira política antirracista pode implantar-se num sistema discursivo como o dessa grande mídia”. É a compreensão dessa realidade que leva grupos minorizados a criarem veículos próprios de comunicação, explorando outras estratégias discursivas “para resistir ao nível de rebaixamento dos níveis de existência em termos econômicos, ecológicos e culturais”. (SODRÉ, 2015, p. 280)

A própria necessidade de se verbalizar uma intenção que não é racista por parte de um jornal já diz muito sobre esse veículo. Esta pesquisa é realizada num contexto em que as mudanças políticas trouxeram novos ares às reivindicações dos leitores das principais publicações do país. Com a popularização da internet e das redes sociais, por exemplo, o público pode pressionar diretamente esses veículos de comunicação. Há, de fato, uma reivindicação por maior representatividade em produções artísticas, na produção do conhecimento acadêmico, nos meios de comunicação. Não é como se a mídia tivesse obrigação de se curvar a quaisquer burburinhos que possam surgir nas redes sociais, mas é inegável que ela passou a estar mais atenta ao que os seus leitores pensam. Parte significativa dos jornalistas entrevistados por esta pesquisa citaram as redes sociais como aliadas na hora de venderem pautas que possam discutir racismo e representar pessoas negras para além do estereótipo racista de subalternidade e inferioridade.

Podemos tomar como exemplo o caso da “Oficina Irritada (poetas falam)”. Com curadoria de Eucanaã Ferraz e Bruno Cosentino, o encontro tinha como proposta reunir 18 autores, que seriam considerados, segundo a descrição do evento, “importantes nomes da poesia contemporânea” nos dias 7, 8 e 9 de maio de 2019 no Instituto Moreira Salles do Rio de Janeiro. Nenhum dos convidados era negro. A foto de divulgação, que trazia o rosto dos 18 poetas em preto e branco não pareceu causar qualquer constrangimento aos curadores ou ao instituto que o sediaria. Foi preciso ouvir o barulho provocado pelas redes sociais. No dia 22 de abril, o jornal *O Globo* noticiou, em seu site, uma matéria com o título “Evento só com poetas brancos causa revolta nas redes sociais”¹¹. Procurado pelo jornal, Ferraz respondeu que ele e Cosentino haviam sido pegos “de surpresa” pela discussão. Estranho seria se eles tivessem se surpreendido com a própria branquitude.

11

Disponível

em

<<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/evento-so-com-poetas-brancos-causa-revolta-nas-redes-sociais-23615474>> Acesso em 16 jun 2019.

No dia seguinte, foi também o site que noticiou o cancelamento da oficina com o título “Encontro de poetas, sem negros convidados, é cancelado após revolta nas redes sociais”¹². Como o IMS divulgou o cancelamento no meio do dia, a matéria chegou à versão impressa apenas no dia 24 de abril trazendo o título “Oficinas sem poetas negros causa revolta e é cancelada”¹³.

A explicitação da cor nos dois títulos escolhidos pelo jornal *O Globo* fala diretamente com o público que se revoltou com a curadoria do evento. Já no título o veículo deixa implícito ao leitor que há, de alguma forma, racismo. Dá uma sensação de que não andamos mais em águas turvas. Finalmente conquistamos espaço na grande imprensa para poder debater abertamente o racismo.

Esse processo, no entanto, produz uma dialética interessante. Para se beneficiar deste novo debate e para se resguardar de possíveis julgamentos, a mídia começa a evidenciar a cor da pele tanto em seus personagens como nos poucos profissionais negros que integram seus veículos. O processo de silenciamento da cor agora se dá de forma distinta ao que acontecia no século XIX. Com o evidenciamento, surgem novas formas de silenciamento. Essa lógica pendular que ora silencia e ora evidencia a cor não é antirracista. Pelo contrário, age a favor da manutenção de uma estrutura dominante e deve ser tomada com certa desconfiança. O negro continua sendo usado para benefício de uma imprensa branca. A serviço dos direitos da elite, a imprensa joga o jogo da vez.

Para Sodré, ao colocar “um ou outro negro” no seu tempo ou espaço midiáticos, a mídia automaticamente restringe aqueles espaço e tempo. “Um ou outro negro” aparece, para sumir no conjunto do noticiário ou da produção de mídia - que permanece embranquecida, de acordo com os padrões do mundo escravocrata. O “efeito vacina” ocorre justamente aí, nesse momento. A mídia brasileira em geral, ao submeter-se à crítica como reprodutora do racismo pátrio, reage apontando “esse ou aquele negro”, “essa ou aquela cobertura eventual” sobre o grupo discriminado. Com essa reação pretende obstaculizar qualquer proposta de mudança estrutural de visão estereotipada que mantém sobre os afro-descendentes. (CONCEIÇÃO, 2004, p. 108)

A escrita amargurada de João Antônio, escritor e jornalista branco que cresceu no subúrbio de São Paulo, bem poderia resumir o nosso fazer jornalístico. “Na imprensa, ele teria

¹² Disponível em <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/encontro-de-poetas-sem-negros-convidados-cancelado-apos-revolta-nas-redes-sociais-23616913>> Acesso em 16 jun 2019.

¹³ Disponível em <<https://acervo.oglobo.globo.com/>> Acesso em 16 jun 2019.

desaprendido a pobreza dos pobres e aprendido a pobreza envergonhada da classe média. O motivo de seu rancor: o verdadeiro Brasil não aparece nas páginas dos jornais e revistas”. (COSTA, 2005, p. 149)

Os estereótipos aos quais a mídia submete a população negra foram muito bem difundidos ao longo dos anos. No universo de 47 jornalistas negros entrevistados por esta pesquisa, cinco citaram espontaneamente, em perguntas distintas, uma prática que era muito comum na mídia. Um jovem negro que é detido com a mínima quantidade de qualquer droga ilícita é rapidamente enquadrado como “traficante”. Se o jovem for menor de idade, corre o risco de se ver referido apenas como “menor”, num tom pejorativo que quase incita os leitores à revolta ao saberem que este adolescente não poderá ser julgado e jogado aos leões, na prisão, tal qual um adulto. Muitas vezes, nesse tipo de matéria, cabe à figura materna o dever de zelar pela humanidade do filho afirmando que ele era um bom menino, trabalhador ou estudioso.

Se a cor do jovem que cometeu o delito for branca, a narrativa assume outro percurso. Apesar de ter cometido um crime, a este jovem é dado o direito de ter sua humanidade reconhecida e respeitada. Ele é rapidamente identificado pela sua profissão ou ainda como um estudante de ensino superior. Traficante, jamais. Sua relação com crime dá brecha a dúvidas. No máximo, ele é um *suposto* traficante.

Não é como se o tratamento dado ao jovem branco estivesse errado. Está certo. A mídia não deveria acusar ninguém antes mesmo de uma sentença judicial. Mas, como dito no capítulo anterior, a lei, por aqui, vale pouco. E não há regras na mesa quando se trata da pele preta.

3.2 Faíscas elétricas: a mídia branca e os jornalistas negros

Há alguns anos pesquisadores e profissionais da área da comunicação tentam mapear o perfil do jornalista brasileiro. Para nos basearmos em um breve histórico, nesta pesquisa, vamos nos ater ao levantamento realizado pela revista *Imprensa* na virada do milênio. Passados quase duas décadas, esse ainda é o estudo que traz os dados mais precisos sobre o negro no jornalismo. A chamada na capa da edição nº 165, de outubro de 2001, é categórica: “Jornalismo no Brasil ainda é coisa de branco”.¹⁴ Segundo a revista, foram enviados cinco mil

¹⁴ Disponível em <<http://digital.maven.com.br/pub/revistaimprensa/?numero=165>>. Acesso em 16 jun 2019.

questionários para redações de todo o país com três perguntas: Quantos jornalistas trabalham na sua redação? Destes, quantos são negros? E quantos ocupam cargos de chefia? Apenas 230 redações responderam ao questionário e, dessas, somente 85 (36%) informaram contar com algum negro ou alguma negra jornalista. O número de chefes negros era irrisório: 57 em um universo de 3.400 profissionais, o que representa 1,6% do total.

O contexto social no qual estes profissionais estavam inseridos era outro. As políticas de ação afirmativa ainda não haviam sido aprovadas e era escassa a quantidade de pessoas negras que conseguiram ter acesso às universidades e faculdades de jornalismo. Passados quase duas décadas deste levantamento, o que mudou nas principais redações do país? No contexto social, foi implementada uma importante política que já começa a promover mudanças consideráveis tanto no ambiente universitário quanto nas redações Brasil a fora. A “lei de cotas”, como é conhecido o decreto de nº 12.711, foi sancionada pela Presidência em 29 de agosto de 2012¹⁵.

Quando nos voltamos a uma pesquisa mais recente a situação não parece ter mudado tanto. Um levantamento de 2016 voltou-se sobre o gênero e a cor de quem produz opinião nos principais jornais impressos do país. Realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a pesquisa mostrou que nem 10% dos colunistas eram negros¹⁶. A cor branca era predominante, chegando a atingir o percentual de 91% para o jornal *O Globo*, 96% para a *Folha de S.Paulo* e 99% para o *O Estado de S. Paulo*. Sob o filtro do gênero, a situação é ainda mais alarmante para mulheres negras. De acordo com o levantamento, não havia sequer uma colunista negra na *Folha de S.Paulo*. O jornal *O Globo* apresentou 4% de mulheres negras nessa função, enquanto o *Estado de S. Paulo* ficou com 1%.

Tentando entender como se dá a inserção de profissionais negros nos principais veículos de comunicação impressa do país, esta pesquisa entrevistou ao todo 47 jornalistas negros que trabalharam ou trabalham em veículos impressos. A partir de suas perspectivas, tentaremos refletir sobre as práticas e os comportamentos considerados comuns nas redações

¹⁵ A lei nº 12.711 estabelece a política de ação afirmativa para pessoas autodeclaradas pretas, pardas, indígenas e pessoas com deficiência no ingresso às universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e nível médio. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 16 jun 2019.

¹⁶ Disponível em <<http://gema.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-genero-cor-raca-dos-colunistas-dos-principais-jornais/>> Acesso em 17 jun 2019.

pelas quais esses repórteres passaram. Entre os entrevistados, há jornalistas entre 22 e 62 anos de idade que já passaram pelos jornais mais vendidos do país – como a *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *A Tarde* – e por veículos com um público mais modesto, como as revistas *Piauí*, *Placar*, *Glamour*. Fator interessante a ser ressaltado é que há ao menos cinco entrevistados de quatro regiões do país (Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), com predominância para a região Sudeste.¹⁷

Uma das primeiras perguntas feitas por esta pesquisa aos entrevistados diz respeito à quantidade de profissionais negros com que eles já trabalharam dentro da redação, e quantos ocupavam algum cargo de chefia. A maioria dos entrevistados, cerca de 44,7%, afirmou ter trabalhado com até cinco colegas negros ao longo de suas carreiras em veículos impressos. Aproximadamente 19% afirmaram ter trabalhado com até dez colegas negros, o percentual cai para 10,6% quando nos referimos aqueles que trabalharam com até 20 colegas e chega a 6,4% para aqueles que responderam ter trabalhado com uma quantidade superior a 20 e inferior a 50. Cerca de 8,5% disseram nunca ter tido um colega negro.

Se são poucos os colegas negros, imagine os que conseguem chegar aos cargos de chefia. Entre os entrevistados, aproximadamente 68% afirmaram nunca terem tido ao menos um chefe negro. Apenas 23% afirmaram ter tido um único chefe negro e 8,5% disseram ter tido dois chefes negros. Entre os 47 entrevistados, ninguém relatou ter tido mais de dois chefes negros.

Talvez deva-se destacar a trajetória da jornalista mais velha entrevistada por esta pesquisa. Aos 62 anos de idade e com 41 anos de carreira, a repórter agora aposentada já passou por veículos como *O Estado de S. Paulo* e relatou ter tido apenas um chefe negro. Pelo que consegue mensurar, trabalhou com apenas dez colegas negros durante toda sua carreira.

A falta de profissionais negros nas redações nos faz questionar sobre os motivos que os afastam desse meio. Perguntamos aos entrevistados quais podem ser considerados os principais gargalos que dificultam a inserção de jornalistas negros nas redações e facilitam a sua evasão. O acesso às universidades é a resposta mais fácil, mas nem de longe é o único gargalo que impede essa inserção. Grande parte dos entrevistados apontaram a baixa remuneração como um fator importante, tendo em vista que muitos jovens jornalistas negros, por exemplo, são arrimos de família. Processos seletivos que só se iniciam a partir da indicação de terceiros também constituem um grande obstáculo. Os profissionais que

¹⁷ Números detalhados nos apêndices.

costumam ser indicados para as vagas já fazem parte de um círculo de relações específico que costuma concentrar pessoas brancas de classe média e alta. Destacamos o relato de um jornalista mineiro, que conseguiu elencar todos os gargalos citados pelos entrevistados desta pesquisa.

A política de cotas nas universidades é relativamente recente, mas a qualificação não é o único gargalo para a inserção dos negros no jornalismo, já que há muitos à espera de oportunidade no mercado de trabalho. Falta uma política efetiva por mais diversidade nas redações. Os processos seletivos ainda são arcaicos, isso quando existem. A maioria das vagas ainda é preenchida por indicações, o que favorece a manutenção do padrão branco de escolha. Falta, sobretudo, uma postura antirracista às empresas jornalísticas. Isso significa assumir seu papel social, comprometendo-se a adotar processos seletivos que encorajem candidatos negros ou a bancar parte da formação de um funcionário, como o custeamento de cursos de idiomas, por exemplo. Poucas empresas de comunicação oferecem planos de carreira a seus jornalistas, com direcionamento e metas factíveis. Nesse cenário, o aspecto econômico acaba afugentando negros que dependem da própria força de trabalho para viver. Por outro lado, entre os brancos, muitos conseguem segurar as pontas (seja com economias, seja com suporte financeiro da família) numa realidade de baixos salários, empregos voláteis e pejotização.¹⁸

O número de profissionais negros dialoga diretamente com o racismo institucional dessas redações. Por que os poucos negros que trabalham nos veículos impressos não alcançam cargos de chefia? Pedimos para que os entrevistados também respondessem se já haviam sofrido racismo dentro do ambiente de trabalho. Dentre as respostas que obtivemos, destacamos o relato de uma repórter do Rio de Janeiro, de 38 anos, que se viu preterida diante de uma promoção em que ela afirma ter mais qualificação profissional e experiência do que a jornalista branca que foi escolhida para ocupar o cargo.

Eu já fui preterida para uma promoção no jornal. Na época, eu era a repórter mais experiente da casa, acumulava as funções de editora interina dos cadernos de política e economia e, na hora da reestruturação da equipe, a pessoa que foi escolhida para ocupar o cargo de editor foi uma outra menos experiente nas editorias.¹⁹

O racismo se mostrou uma prática comum e pouco ou nada penalizada dentro das redações. Mais de metade dos entrevistados, aproximadamente 55%, afirmaram já ter sofrido

¹⁸ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 24 abr. 2019.

¹⁹ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 15 abr. 2019.

racismo dentro da redação. As práticas racistas, segundo os relatos destes jornalistas, partem tanto da chefia quanto de colegas. Quanto à prática em si, esta pode adquirir diferentes formatos. A injúria racial se referindo a cor da pele, ao cabelo e reiterando estereótipos racistas foi uma das mais comentadas. Os profissionais negros precisam ter cuidado redobrado com a vestimenta e com o modo como penteiam o próprio cabelo para que não tenham seu profissionalismo posto à prova e para que não sejam enquadrados em estereótipos extremamente racistas. “Já tive chefe branca que me comparou a traficante e assassino porque, segundo ela, eu parecia fisicamente com eles”, contou um jornalista nordestino, de 32 anos de idade.²⁰

A questão salarial também é um problema. Alguns entrevistados citaram experiências profissionais em que jornalistas negros recebiam menos para realizar as mesmas funções que jornalistas brancos. “Outra pessoa assumiu atualmente a mesma função que eu, mas o tratamento e até salário são totalmente diferentes. Nunca denunciei esta experiência, pois aqui quem denuncia fica sem oportunidade de emprego por ficar ‘queimado’ no mercado local.”²¹

A prática é comum em diversos setores e não se restringe ao jornalismo. Em entrevista à revista norte-americana *Variety*, a atriz Viola Davis denunciou a desigualdade salarial entre atrizes de Hollywood. “Não há porcentagens para mostrar a diferença no salário, mas é enorme, às mulheres hispanas, às mulheres asiáticas e às mulheres negras, nos pagam menos que às mulheres brancas”, afirmou.²²

Uma jornalista pernambucana, de 44 anos idade, contou que seus problemas aumentaram ao passo que ganhou proeminência fora da redação. Após ter ganhado um Prêmio Esso, foi recebida na redação por repórteres que entoavam “Esso, Esso, Esso / a negrinha é um sucesso”. Por vezes, viu-se reduzida a “nega” por seus editores em reuniões de pauta. “Eu perdi meu nome lá. Eu era a ‘nega’”.²³

O racismo também pode se manifestar de forma sutil, por meio de atos aparentemente indefesos, como pode ser constatado a partir do relato de um jornalista carioca de 23 anos de idade.

²⁰ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 20 abr. 2019.

²¹ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 15 abr. 2019.

²² Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/10/cultura/1536566425_485679.html> Acesso em 18 jun 2019.

²³ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 29 mai. 2019.

Nunca sofri racismo de maneira escancarada, mas sinto que sou invisível na empresa e que não pertencço àquele espaço. Ao ir embora, um funcionário em posição de chefia costuma dar boa noite nominalmente para as duas pessoas brancas que sentam ao meu lado, mas me ignora solenemente. Tenho certeza que ele não faz de propósito, e sim porque de forma inconsciente é incapaz de enxergar uma pessoa negra como um ser humano digno de receber um cumprimento. [...] Sinto o tempo todo que preciso trabalhar dobrado para merecer ocupar um espaço que está me expulsando aos poucos. O problema do racismo estrutural é que ele não te diz que você é indesejado. Em vez disso, ele te mostra o tempo todo que aquele espaço não foi feito para você, seja te negando um boa-noite, seja engavetando a tua pauta.²⁴

A questão do racismo não foi facilmente respondida pelos entrevistados. Alguns começavam suas respostas afirmando que nunca haviam sofrido qualquer tipo de racismo no ambiente de trabalho, mas deixaram transparecer em seus relatos episódios indiscutivelmente racistas. É o caso de uma jornalista de Porto Alegre com 22 anos de idade. Ao passo que afirmou nunca ter sofrido racismo na sua forma mais “clássica”, deixa escapar comportamentos nitidamente racistas como o fato de ter se sentido silenciada e estereotipada dentro da redação²⁵. Não seria esta uma forma de racismo “clássico”? Assim como a injúria racial, o silenciamento e o reforço de um estereótipo racista não visam a manutenção do papel de subalternidade do oprimido? “Esse é o diabo do racismo. A gente nunca sabe se o estranhamento é só casualidade ou preconceito”²⁶, nos contou um jornalista mineiro.

Por vezes, o profissional se vê convencido a acreditar que talvez esteja absorvendo uma determinada frase de forma mais sensível do que ela deveria. O racismo passa a ser uma sensação “sem fundamento” alimentada pelo próprio profissional negro. Um dos entrevistados contou um episódio que aconteceu quando ele trabalhava como estagiário numa TV. Apesar do ambiente televisivo fugir de nosso escopo, usaremos este relato pelo modo como ele reflete a insegurança dos entrevistados para perceber o próprio racismo que sofreram.

[...] eu trabalhava na TV como estagiário, cometi um erro e minha chefe disse: “Quantas chicotadas eu devo te dar?” Como durante muito tempo me considerei pardo e não negro, ficava na dúvida se tinha passado por uma experiência de racismo ou não. A palavra chicotada é que me incomodava, não a bronca pelo erro. Durante muito tempo tentei me convencer de que ela poderia ter falado “chicotada” para qualquer um, e que não tinha uma

²⁴ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 30 abr. 2019.

²⁵ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 21 abr. 2019.

²⁶ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 24 abr. 2019.

conotação necessariamente ruim. Anos mais tarde uma amiga me disse: se soou racista pra você, é porque foi.²⁷

A representação do chicote diante de um corpo humano, num país com o histórico racista que temos, é facilmente associado às práticas de tortura da escravidão. Assim como a popular expressão “fulano vai pro tronco”. Quando essas frases são direcionadas, séculos depois, a outros corpos negros este passado vem à tona. Assim como as palavras, as expressões são carregadas de representações e significados. E, pelo chicote, pode-se colocar mais uma vez um preto no seu devido lugar.

Outro ponto interessante pode ser percebido na fala desse jornalista: a dificuldade em se identificar como negro. Essa dificuldade apareceu em muitos relatos de outros profissionais. E é a partir desse reconhecimento e da tomada de consciência racial que muitas vezes o profissional passa não só a se incomodar com as estruturas da redação em que ele trabalha, como a começar a entender qual pode ser o seu papel no movimento dessas estruturas. Voltando-se para a história, essa dificuldade pode ser considerada como um dos resquícios do mito da “democracia racial”, de uma espécie de miscigenação dita amigável, de uma política efetiva de branqueamento da população brasileira que entrou em vigor logo após a abolição. A designação “pardo”, no entanto, não esconde a descendência de negros escravizados²⁸. Para Abdias Nascimento,

Um brasileiro é designado *preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra* — ou qualquer eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é de que se trata de um *homem-de-cor*, isto é, aquele assim chamado descende de africanos escravizados. Trata-se portanto de um *negro*, não importa a gradação da cor de sua pele. Não vamos perder tempo com distinções supérfluas... (NASCIMENTO, 2016, p. 48, grifos do autor)

²⁷ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 16 mai. 2019.

²⁸ Este trabalho volta-se exclusivamente para as questões raciais que se referem à população negra. A designação de pardo também pode ser adotada para se referir a pessoas com descendência indígenas. Como observado por João Pacheco de Oliveira (1997), “a categoria de ‘pardo’ é um indicador genérico para a mistura entre diferentes grupos de cor. Este não é em absoluto o significado da condição de indígena, que remete a um status jurídico diferenciado, não a uma situação de pretensa homogeneidade interna e distintividade externa quanto à cor. Ao se declarar como ‘índio’ ou ‘indígena’, o recenseado não está pretendendo inserir-se em uma classificação quanto à cor, mas dizer da especificidade de seus direitos e de sua relação com o Estado. Por manter uma forma de organização social e tradições culturais que considera serem provenientes de populações pré-colombianas, ele se auto-identifica como “indígena” e reivindica um tratamento diferenciado do Estado quanto às suas demandas por terra e assistência”. OLIVEIRA, João Pacheco de. *Pardos, Mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980)*. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 61-84, Out 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831997000200061>. Acesso em 21 jun 2019.

Em meio a relatos de racismo, práticas de assédio sexual. Esta pesquisa não pretendia fazer um recorte específico sobre gênero. No entanto, junto às respostas sobre racismo, uma quantidade significativa de mulheres afirmou ter sofrido alguma forma de assédio sexual dentro do ambiente de trabalho. Para elas, o fato de serem mulheres e negras contribuiu, de alguma forma, para facilitar a prática do assediador. Esse tipo de raciocínio reitera a lógica de hipersexualização a que o corpo da mulher negra é historicamente submetido nesta sociedade. “Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados”, escreve a filósofa Sueli Carneiro (apud RIBEIRO, 2017, p. 47).

[...] muitas vezes, ouvi que com meu corpão eu poderia ser mulata do Sargentelli, em vez de batalhar para ser repórter – na época, este homem branco, Sargentelli, fazia muito sucesso com espetáculos de samba para turistas com mulheres negras seminuas. Eu ficava indignada, porque ouvia isso nas redações. Queria ser respeitada pela minha cabeça [...]. Por conta disso, durante muito tempo, escondi o meu corpão.²⁹

É a perspectiva da solidão profissional que muito aflige a maior parte dos entrevistados e é uma questão que surge em diferentes momentos de seus depoimentos. Essa sensação pode ser amplificada pela ausência de questionamento, por parte dos colegas brancos, sobre a falta de diversidade nas redações. A ausência de jornalistas negros continua a ser uma bandeira levantada quase que exclusivamente por profissionais negros. O não questionamento pressupõe a normalidade, a naturalização de que a maior parte da população brasileira esteja sub representada justamente nos espaços que retratam o que é o nosso país e o que acontece nele. Muitas vezes quando o profissional negro questiona essa sub representação recebe uma resposta quase que padrão: não há profissionais negros no mercado. A população negra está sub representada na redação porque a sociedade é desigual. O jornalismo cria mecanismos para se eximir da culpa.

Essa ausência [de negros na TV e na mídia] e o tipo de papel desempenhado, segundo o raciocínio, diminuem a auto-estima das populações de cor. Esse argumento é geralmente respondido pelos conservadores com a observação de que tais ausências ou papéis secundários ocorrem devido seja à ausência de atores negros, seja ao fato de que na realidade os negros desempenham

²⁹ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 25 abr. 2019.

posições subalternas. Ou seja, a contra-argumentação reafirma a argumentação, retirando dela qualquer problematização, o que equivale a dizer que é natural que assim seja. (GUIMARÃES, 2004, p. 127)

“Negros letrados causam estranhamento. Negros jornalistas causam isolamento”, disse o jornalista Gilberto Porcidonio na mesa “Por um jornalismo antirracista” da 1ª Semana de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)³⁰. É inegável que corpos negros ocupando espaços de poder provocam certo mal-estar civilizatório. O outro lado da moeda é que esse isolamento, que é estabelecido de forma vertical, de cima para baixo, pode impactar psicologicamente o profissional negro. Alimenta um sentimento de solidão.

Ser um dos poucos jornalistas negros na redação produziu impactos psicológicos negativos para cerca de 63% dos profissionais que foram entrevistados por esta pesquisa. A sensação de não pertencimento é uma constante. Aliada a ela, uma insegurança crescente. “É complicado ser o único preto sempre. Enquanto os brancos estão lá se apoiando e dando tapinha nas costas um do outro, você está lutando para não adoecer e pedir as contas”³¹.

Outro comportamento que pudemos observar é a cobrança excessiva por parte dos próprios profissionais negros. Cerca de 32% de nossos entrevistados afirmaram se sentirem mais cobrados no ambiente de trabalho apenas pela cor da pele. Quando não se sentem mais cobrados pelos outros, porque sua presença ainda causa estranhamento e uma certa descrença por parte da redação, o jornalista negro é tomado por uma ultra cobrança própria. Esse rigor não nasce necessariamente na redação, muitas vezes vem de casa. Quando criança, pessoas negras ouvem de seus próprios pais que vão precisar ser no mínimo duas vezes melhores para alcançar qualquer patamar humano. Uma jornalista com mais de 40 anos de carreira nos contou que a autocobrança foi tanto prejudicial quanto benéfica para a construção da sua trajetória.

Cresci ouvindo que para ser tratada como igual eu deveria ser duas vezes melhor. Então, sempre me cobrei isso. De um lado, foi péssimo – muitas vezes travei por perceber que não era melhor. De outro, garantiu minha carreira, porque nunca me acomodei na dor.³²

³⁰ A mesa de debate foi formada pelos jornalistas Anna Davies, Angélica Basthi, Luciana Barreto, Gilberto Porcidonio e Lana de Souza; e teve mediação de Carla Siqueira. Disponível em <<http://www.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1350&sid=24>>. Acesso em 21 jun 2019.

³¹ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 30 abr. 2019.

³² Entrevista concedida ao autor por e-mail em 25 abr. 2019.

Um dos entrevistados ressaltou a linha tênue entre a cobrança externa e a cobrança interna do profissional. Para ele, que trabalha há nove anos com jornalismo, esse é um dos fatores que podem impactar de forma negativa o psicológico do profissional. “É triste como nós normalizamos a ultra cobrança do branco como sendo algo comum e acabamos confundindo com a nossa autocobrança. A saúde sente”.³³

A criação de redes de apoio pode ser um ótimo alicerce para a permanência do profissional na redação. No jornal *O Globo*, por exemplo, alguns dos entrevistados por essa pesquisa contaram que há um grupo de WhatsApp para jornalistas negros. Criado por iniciativa própria, lá jornalistas de diferentes editorias e, que até então poderiam ter pouco contato trocam pautas, compartilham vivências e se apoiam. É uma luta pelo autocuidado.

A busca pelo acolhimento também aparece no relato de um repórter nordestino de 28 anos, que resalta ainda a admiração e a vontade de jornalistas negros mais novos se espelharem em outros como eles. “Pessoas negras mais jovens falam sobre a admiração e do conforto, que é também o que sinto com meus colegas que vieram antes de mim. Quando olhava para Tereza Monteiro, repórter de cultura, o repórter especial Cláudio Ribeiro, jornalista negro super premiado, isso me dava muito orgulho e força e ainda dá.”³⁴

Quando as redações parecem se assemelhar a um campo de batalha para esses jornalistas é porque, muito provavelmente, a rotina já produziu ou está produzindo algum impacto psicológico negativo. É por isso que decidimos questionar nossos entrevistados quanto a saúde mental no ambiente de trabalho. Foram muitos os relatos negativos. Entre eles, apenas um preferiu ressaltar apenas o impacto positivo que essa experiência pode trazer.

Por vezes um impacto positivo. Há um certo orgulho por ter conseguido chegar “tão longe”. Muitos amigos do [ensino] fundamental sequer tiveram a chance de ouvir falar sobre a importância e as possibilidades de uma ensino superior público acessível. Eu me considero um ponto fora da curva e acho que posso ser um exemplo para alguém, talvez um dia.³⁵

Apesar dos outros entrevistados não terem respondido algo semelhante nessa pergunta específica é visível em muitas das respostas a semelhança de raciocínio. Estar dentro de uma

³³ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 18 abr. 2019.

³⁴ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 29 abr. 2019.

³⁵ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 22 abr. 2019.

redação podendo escrever, ainda que sobre o outro, representa uma quebra de paradigmas para muitos deles. O jornalismo pode ser um raro local de privilégio onde esse profissional pode ser efetivamente ouvido, não só por seus pares, mas pelos leitores do veículo no qual ele trabalha. Como o jornalista negro é identificado da mesma forma que um branco, não corre o risco de ser descredibilizado perante a sociedade por ser negro. Por trás das letras negras que formam a sua assinatura, todo jornalista é igual para o leitor.

Esses impactos psicológicos negativos exemplificam como o racismo é, de fato, construído a partir de uma lógica perversa de lugar, como defende Muniz Sodré (2018). O lugar do negro no jornalismo é, nesta lógica, um não-lugar. Assim como o negro ocupa o lugar da alteridade, ele é o Outro, o que se difere do padrão, o que foge à lógica e deve, por isso, ser questionado, punido ou castigado de alguma forma. Ser uma pessoa negra, com ensino superior, que exerce o ofício do jornalismo é, pois, quase um crime de desonra. É preciso admitir que a transição do negro como mero objeto para sujeito e autor de suas histórias não foi e nem está sendo pacífica.

O debate sobre a autocobrança levanta também uma outra questão: o que acontece quando o jornalista negro erra? Essa pressão interna, e por vezes externa, os impulsiona de alguma forma ao erro? Não houve resposta que desse conta de responder a essas questões em nenhum dos relatos que obtivemos, mas dois casos emblemáticos da imprensa norte-americana podem nos ajudar a pensar sobre.

Na década de 1980, o jornal *The Washington Post* publicou uma grande reportagem sobre o dramático cotidiano de um garoto de oito anos viciado em heroína. A autora do texto, Janet Cooke, descreveu em detalhes o rosto de anjo do menino de classe média, assim como as marcas das picadas em seu braço. A reportagem correu o mundo e mobilizou uma força especial de diferentes órgãos de Washington, que pediam que a repórter identificasse o garoto. Ela recusou o pedido diversas vezes, alegando respeito às fontes. A verdade só veio à tona quando Cooke ganhou o Pulitzer de 1981. Ela havia não só inventado a história, como também fraudado o seu próprio currículo. A jornalista poderia ter ganhado o Pulitzer de ficção, mas foi execrada. (COSTA, 2005, p. 275)

Janet Cooke foi encontrada pelo mesmo jornal que a demitiu, 15 anos depois, trabalhando em uma loja de departamento e recebendo cerca de seis dólares por hora. Ela foi contratada quando muitos jornais passaram a se sentir pressionados a recrutar grupos minorizados. Dentro do *The Washington Post*, sentiu que deveria ter um desempenho maior

do que o de seus colegas brancos. Quando escreveu a reportagem, no entanto, não visava ganhar notoriedade ou conquistar um Pulitzer. Uma matéria de maio de 1996 do *Post* contou que Cooke apenas desejava sair da editoria semanal, descrita por ela como o “gueto” do jornal³⁶.

Depois que um funcionário da Howard University contou a ela que um garoto de 8 anos de idade estava se tratando no programa contra as drogas de lá, Cooke contou a história ao editor da seção. Animado, disse a jornalista que essa era uma história digna de primeira página do jornal e a pressionou para encontrar a criança, mas ela não o achou. O editor a pressionou, batia na tecla de que a repórter poderia oferecer total anonimato ao personagem. “Em determinado ponto, eu percebi que eu poderia simplesmente criar tudo isso. Apenas sentei e escrevi”³⁷, disse Cooke. Seu editor à época, Milton Coleman, negou que a pressionasse de forma diferente dos demais repórteres.

Do outro lado da cobrança excessiva, está o caso de Jayson Blair³⁸. Em maio de 2003, o *The New York Times* revelou fraudes e inconsistências em reportagens do jornalista. Blair, de acordo com o jornal, havia desrespeitado normas de conduta ética do *Times* de várias formas. As investigações mostraram que ele assinou matérias de lugares onde nunca esteve, usou fotografias para descrever lugares aos quais nunca foi e inventou declarações de pessoas que não entrevistou. Para William Safire, à época um dos mais importantes colunistas do jornal, o diário havia ignorado outros erros do repórter por causa de “editores ansiosos por ver esse ambicioso *jornalista negro* ter sucesso” (grifos nossos). De acordo com a *Folha de S.Paulo*, já circulavam advertências quanto a imprecisões e comportamentos duvidoso do jornalista desde o início de 2002.³⁹

“Eu era novo, sob muita pressão. Eu era negro no *Times*, o que é algo que prejudica você tanto quanto te ajuda”, disse Blair ao jornal semanal *The New York Observer*. “Qualquer um que diga que minha cor não teve papel na minha carreira no *Times* estará mentindo. Tanto preferências raciais quanto racismo existiram. E eu diria que eles não se contrabalançaram. O racismo teve impacto muito maior.”⁴⁰

³⁶

Disponível

em

<https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/1996/05/09/janet-cookes-untold-story/23151d68-3abd-449a-a053-d72793939d85/?noredirect=on&utm_term=.3b5ff223e97d>. Acesso em 30 jun. 2019.

³⁷ Texto original: At some point, it dawned on me that I could simply make it all up. I just sat down and wrote it. Idem.

³⁸ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1305200308.htm>>. Acesso em 30 jun. 2019.

³⁹ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om1805200301.htm>>. Acesso em 30 jun. 2019.

⁴⁰ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2205200309.htm>>. Acesso em 30 jun. 2019.

No ano seguinte ao escândalo, o jornalista lançou o livro “*Burning Down My Master’s House: My Life at The New York Times*”. A publicação, que rapidamente se tornou um *best-seller*, contou toda a “verdade” sobre suas mentiras, falou sobre questões raciais dentro da redação e explicou como nem um dos maiores jornais do mundo foi capaz de garantir a veracidade de suas notícias. Para o ex-jornalista, ao se eximir da culpa e colocá-la toda sobre os ombros de um único homem, o *Times* contou uma história que não era crível.

O caso de Blair levanta uma questão importante. Diversidade não pode implicar, de forma alguma, menos rigidez em apuração ou na construção de metodologias da prática jornalística. Então, a troco de quê um dos maiores jornais do mundo colocaria a sua credibilidade em risco dessa forma? Apenas pela promissora carreira de um jornalista negro? Seria a construção dessa carreira uma forma de negar que o racismo anda rondando a sua redação?

3.3 Wikipretos: negritude em pauta

A prática de um jornalismo mais diverso (com relação tanto aos profissionais quanto às fontes usadas nas matérias) dentro das redações ainda é algo tocado de maneira improvisada. Muitos editores enxergam nos jornalistas negros uma forma de compensar a defasagem de conteúdo sobre negritude nas páginas do jornal. Eles não parecem buscar, no entanto, olhares mais diversos para a editoria. A prática mais comum é engessar o profissional negro numa subeditoria imaginária que se restringe a cobrir assuntos relacionados à negritude e à população negra.

Num piscar de olhos, o repórter negro se torna porta-voz do Movimento Negro, tendo ele envolvimento político com a causa ou não. Quando não são escalados para cobrir assuntos relacionados à negritude, funcionam para os outros repórteres como uma espécie de Wikipédia da população negra. A prática é tão comum que criou-se uma expressão para se referir a ela: *wikipreta/wkipreto*. O jornalista se torna, então, o que poderíamos chamar de setorista de “negritude”. Entre os entrevistados, 38,3% disseram que já se viram reduzidos a esse papel. Esse tipo de enquadramento é mais comum entre a nova geração⁴¹, que chega às

⁴¹ Consideramos, neste trabalho, como nova geração jornalistas entre 20 e 30 anos idade e com até dez anos de carreira.

redações num momento em que o racismo, por exemplo, parece começar a ser pautado com maior frequência, ainda que de forma superficial.

A partir daí, conseguimos perceber dois perfis distintos de profissionais entre os entrevistados. Como o enquadramento acontece de cima para baixo, há aqueles que realmente almejam outros caminhos para a própria carreira, mas se veem reduzidos a essa função. E há aqueles que não só sentem afinidade com esse tipo de cobertura, como gostariam de construir uma carreira em cima disso.

O primeiro perfil parece ser o mais comum. Ouvimos relatos de jornalistas que, após conversarem com seus editores, conseguiram se desvencilhar dessa amarra. Não foram poucos, no entanto, os que afirmaram haver uma certa dificuldade da chefia em entender que jornalistas negros também podem falar sobre economia, automobilismo, esportes. Com frequência eles voltam a ser enquadrados como setoristas de negritude. Um dos entrevistados afirmou que as pautas referentes às questões raciais são as que ele consegue vender com mais facilidade. Quando pretende falar de outros assuntos, a redação recebe sua proposta com certa desconfiança. Alguns chefes chegam a justificar essa desconfiança afirmando o despreparo do repórter, principalmente se ele for jovem.

Eu adoro contar histórias legais sobre pessoas pobres, pretas e periféricas. Adoro imaginar que suas vidas possam ser contadas com a mesma complexidade, com o mesmo esmero estético e estilístico que histórias de brancos são contadas na [revista] Piauí. Eu amei escrever a história de um casal pobre – o rapaz era negro, a moça, descendente de indígenas – que participa de um divórcio coletivo. Conto essas histórias com gosto, com sensibilidade e responsabilidade. E sei da importância de contar essas histórias num país racista. Mas detesto ser visto como especialista e entendedor de uma classe, de um grupo racial. Acho que tudo é muito complexo e diverso demais pra me considerar especialista de algo. E sinto que essa pressão vem não só da chefia branca, mas como de alguns pares negros. Detesto ter que ser provado, principalmente por brancos, mas também por outros negros. Eu sou o negro que consigo ser, com minhas contradições e limitações. Nunca jogo contra outros negros. Mas sou um jornalista negro que sou capaz de ser, com minha própria história.⁴²

O segundo perfil, apesar de ser um pouco mais raro, é movido principalmente por uma suposta responsabilidade social. É como se esses jornalistas quisessem devolver aos leitores aquilo que não tiveram antes de chegar à profissão. É definitivamente um jornalismo que

⁴² Entrevista concedida ao autor por e-mail em 16 mai. 2019.

delimita o seu lado na história. Poderíamos dizer que esses repórteres advogam em causa própria? Só se reduzirmos o racismo, por exemplo, a um problema individual daquele profissional. Além do mais, quem, na mídia, advoga explicitamente contra o racismo? Parafraseando a professora e artista portuguesa Grada Kilomba, quando eles falam, é jornalismo, quando nós falamos, não é jornalismo.⁴³

A semelhança que une os dois perfis parece ser a sensação de uma responsabilidade social para além daquela que já é empregada ao jornalismo. Se esses repórteres negros não se preocuparem com uma cobertura mais humana para com a população negra, quem vai se preocupar? Um jornalista de esportes admitiu, um tanto quanto envergonhado, que cobre essas questões menos do que gostaria. E é essa sensação que pode despertar uma culpa naqueles profissionais que querem construir uma carreira que não se volte exclusivamente para a cobertura de questões raciais. Parece ser um dilema para muitos deles, como se essa responsabilidade recaísse apenas sobre os ombros negros.

Essa ideia de uma pseudo-editoria de “negritude” constrói também um paradoxo. Ao mesmo tempo que a cobertura desses assuntos parece assumir certa relevância para a redação, já que o editor se preocupa em ter um profissional voltado para ela, essa editoria não existe propriamente e, no dia a dia, esse tipo de cobertura é visto como *menor*. Essa ideia pode representar uma espécie de instrumentalização do jornalista, que serve ao discurso de uma pretensa diversidade do veículo. Como jornais e revistas não costumam representar imagetivamente os seus profissionais, a cobertura de questões raciais é uma forma de demonstrar que esses veículos não estão alheios à ideia de diversidade. Algo que parece estar longe de ser uma questão primeira para a maioria dos veículos. É um fazer só para constar.

Ao mesmo tempo que o jornalista negro é reduzido a esse papel, ele também é acusado de advogar em causa própria, de ser militante ou ativista, tanto pela chefia quanto por colegas. Essa é uma acusação baixa. O exercício jornalístico é sobre ouvir e falar sobre o outro, nunca sobre si. Acreditar que um profissional negro não consiga fazer essa separação é presumir que ele nunca será capaz de entender os princípios básicos da profissão. É como se o profissionalismo desse jornalista estivesse sempre sendo posto à prova e que, a partir do momento que a sociedade parar de pressionar os veículos para uma cobertura mais consciente, esse profissional será rapidamente descartado.

⁴³ Texto original: Quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico. (KILOMBA apud RIBEIRO, 2017, p. 89)

O raciocínio de se reduzir o jornalista negro à temática racial sequer faz sentido, jornalisticamente falando. Façamos um breve paralelo entre jornalismo e literatura. Em sua coluna na *Folha de S.Paulo*, o escritor Bernardo Carvalho escreveu sobre a relação entre lugar de fala e escrita literária. O texto foi publicado em 9 de dezembro de 2003.

Seria preciso uma certa dose de pobreza de espírito para defender a esta altura do campeonato a ilusão de que só faz boa literatura quem viveu na carne o que tem para contar. Seria endossar uma concepção empobrecida do que significa viver (e escrever). Seria reduzir a literatura ao depoimento. [...] O texto literário não é apenas o relato de uma experiência prévia; ele é a própria experiência. (CARVALHO apud COSTA, 2005, p. 297)

Não que recaia sobre os ombros do jornalista a responsabilidade de criar personagens ou histórias, mas é de sua responsabilidade a concepção de uma estrutura narrativa. O que narrar, como narrar, com quem falar são uma das escolhas feitas pelo profissional antes mesmo de se deixar debruçar sobre o papel. Apesar de se entender que jornalistas negros possam ser mais sensíveis a questões raciais, não se pode reduzir a experiência própria ou o lugar social de que parte esse profissional como garantia de um bom jornalismo. Reiteramos que o ofício jornalístico sempre foi sobre ouvir o outro, contar a história do outro. As técnicas e metodologias também devem ser reavaliadas para que possamos contar as histórias da melhor maneira possível, representando de forma não estereotipada outras realidades e vivências, principalmente as de grupos minorizados.

A discussão apresentada pelo escritor em 2003 lembra a confusão que o conceito de lugar de fala costuma provocar, especialmente agora. Quando falamos em lugar de fala, estamos falando de *locus* social, do lugar social em que este sujeito está inserido. Nada tem a ver com quem pode ou não falar sobre determinado assunto. Tomemos o racismo como exemplo. Pessoas negras encontram-se em um lugar social que lhes permite experimentar o racismo na própria pele. Apesar de não experienciarem o racismo, pessoas brancas também podem falar, opinar sobre esse tipo de opressão. A diferença está nos pontos de partida. Quando uma pessoa branca fala sobre racismo ela está partindo de um lugar social privilegiado de quem nunca experienciou o racismo na própria pele. A experiência, nesse conceito, é de extrema relevância. Por mais que uma pessoa branca tenha lido toda a bibliografia disponível sobre racismo, ela ainda não saberá o que é vivenciá-lo. Isso demarca que o ponto do qual ela parte não dá conta de explicar determinada situação em toda a sua

complexidade. Isso por si só não significa, no entanto, que a sua fala sobre racismo não possa ser legítima (RIBEIRO, 2017).

Mas a confusão é compreensível. Quando grupos minorizados reivindicam a importância de seus lugares de fala eles não estão impedindo que os outros falem, mas questionando quem são os sujeitos autorizados a falar. É como se pudessem finalmente gritar: “agora é a minha vez!”

[...] não são os ativismos de lugar de fala que instituem o regime de autorização, pelo contrário. Os regimes de autorização discursivos estão instituídos contra esses ativismos, de modo que o gesto de convidar um homem cis eurobranco a calar-se para pensar melhor antes de falar introduz, na realidade, uma ruptura no regime de autorização vigente. Se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas. (KILOMBA apud RIBEIRO, 2017, p. 85)

Desde a colonização foi imposta às pessoas negras o que a teórica portuguesa Grada Kilomba (apud RIBEIRO) chama de “máscara do silêncio”. Para entender o conceito de lugar de fala é preciso primeiro se questionar: existe o mesmo espaço e legitimidade para todos os grupos sociais? E, quando falam, podem falar sobre tudo ou apenas sobre o que lhes é permitido falar? Reduzir jornalistas negros a setoristas de “negritude” ou a *wikipretos* é, portanto, silenciá-los. É impor uma máscara de silêncio às vontades e ambições profissionais desses jornalistas. É decidir o lugar e a hora de se debater questões raciais, como se elas estivessem à margem e não no centro de qualquer discussão sobre a sociedade brasileira.

A reivindicação de que o negro é um ser humano para além de sua negritude se encontra com os escritos de Frantz Fanon. Em *Pele negra, máscaras brancas*, o filósofo martinicano desabafa: “Que história é essa de povo negro, de nacionalidade negra? Sou francês. Interesse-me pela cultura francesa, pela civilização francesa, pelo povo francês. Recusamos considerar-nos como algo ‘à margem’, estamos bem no centro do drama francês” (FANON, 2008, p. 170).

Além de terem o profissionalismo e a competência postos em xeque, alguns jornalistas negros relataram situações de assédio moral, em que se sentiam constantemente ameaçados por seus superiores. Prevalece a ideia de que aquele profissional nunca poderá achar um outro lugar melhor para trabalhar. Afinal de contas, ele é uma vítima preferencial para a síndrome

do impostor. Uma das entrevistadas que relatou ter sofrido assédio moral terminou de responder à pergunta sobre racismo no ambiente de trabalho com a seguinte frase: “Eu, a única mulher negra naquele local, me sentia incompetente”⁴⁴. Ou, nas palavras de outro entrevistado de 50 anos e que trabalhou em jornais como *O Globo* e *Folha de S. Paulo*: “A clara falta de equidade numérica e de gênero faz com que todo jornalista preto sinta-se extremamente cobrado para ser genial. Não temos o direito de sermos medíocres, na acepção da palavra”⁴⁵.

Um dos entrevistados apontou ainda um outro ponto muito importante. Para ele, o próprio esforço em abordar as questões raciais lhe causa constrangimento perante aos leitores.

Fazer parte da exceção em ofício dominado por brancos me causa constrangimento permanente. Sempre que trato de temas raciais ou relacionados à população negra, sou questionado por leitores e espectadores sobre a ausência de negros nos lugares onde trabalho. Entendem como uma contradição, como se meus comentários ou as matérias que eu faço fossem fruto de orientação das empresas, e não do meu empenho pessoal em abordar essas questões.⁴⁶

Constrangimento esse que nasce da falta de diversidade no jornalismo. Embora o leitor não tenha em mãos os dados demográficos das principais redações do país, é de conhecimento de todos que o jornalismo é branco. Discutiremos a possibilidade de construção de um jornalismo mais diverso no próximo capítulo.

⁴⁴ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 23 abr. 2019.

⁴⁵ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 23 abr. 2019.

⁴⁶ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 24 abr. 2019.

4. Quem lacra, lucra

Outros poderão considerar que sou um idealista.
 Creio que os outros é que são uns canalhas.
 Frantz Fanon

O capital se apaixonou pela diversidade. De forma paradoxal, o capitalismo passou a prezar pela individualidade e singularidade em detrimento da universalidade. A publicidade prosperou. É importante que o consumidor se sinta único, diferente dos demais. Essa narrativa pelo diferente que parece ser a favor da heterogeneidade joga a favor de uma certa padronização. Ainda consiste numa forma das grandes corporações manterem as rédeas da situação. Você é único, assim como os outros dez milhões de pessoas que consomem os nossos produtos, e produzimos algo que preza pelo seu bem-estar individual, que só será legítimo se corresponder ao desses dez milhões.

Jonathan Rutherford apresenta essa perspectiva a partir da rentabilidade que as empresas podem ter em cima da diferença cultural.

Paradoxalmente, o capital se apaixonou pela diferença: a publicidade prospera nos vendendo coisas que vão aprimorar nossa singularidade e individualidade. Não é mais uma questão ter tanto quanto os outros, o importante é ser diferente deles. De *world music* a férias exóticas em lugares do Terceiro Mundo, de refeições étnicas congeladas a chapéus peruanos, a diferença cultural *vende*. (RUTHERFORD apud HOOKS, 2019, p. 57)

Aproximando o raciocínio do professor ao tema desta pesquisa, tornou-se *cool* ser negro, contanto que você não o seja. O prazer em expressar a cultura negra, no entanto, não está associado a desaprender o racismo. Essa proximidade, na verdade, é usada muitas vezes em prol de um desejo de aprimorar o status do sujeito no universo da “branquitude” (HOOKS, 2019). No jornalismo especificamente, repórteres brancos podem se interessar em cobrir a cultura negra justamente para ganhar status de “empáticos” e “preocupados com causas sociais” entre os outros colegas brancos. Não significa, dessa forma, que pautam com o mesmo vigor denúncias raciais ou o genocídio do jovem negro.

Como discutido no capítulo anterior, a popularização das redes sociais permitiu não só uma maior pluralidade de vozes, mas aproximou os veículos de comunicação de seu público leitor. E, assim como o capital se apaixonou pelo diferente, a sociedade que vive sob essa égide também se encantou por ele. Esse diferente não diz respeito apenas ao contato a

diferentes culturas, mas remete aquela mesma sensação de se sentir único. Para se sentir único, o indivíduo precisa também se sentir representado. A representatividade se torna uma questão e é bem provável que seja a partir dela que a pauta da diversidade tenha se infiltrado na publicidade.

Ao passo que a sociedade caminhou rumo a grandes conquistas para os grupos minorizados, como a implementação das políticas de ação afirmativa, foi tomando força um movimento contrário, com traços tão extremistas que é associado com certa frequência ao fascismo. A corrida presidencial de 2018 levantou suspeitas sobre a importância que a mídia dá aos discursos, ao poder das palavras. Alguns dos principais veículos de comunicação do país relevaram discursos abertamente sexistas, LGBTfóbicos e racistas em suas páginas. O respeito às diferenças tão celebrado pelo Código de Ética da profissão foi, com certa facilidade, desconsiderado por interesses políticos e mercadológicos. Parte da grande imprensa assistiu ao avanço da extrema direita sem uma cobertura que se opusesse não à figura presidencial, que foi eleita democraticamente, mas a discursos que nitidamente se opunham à Declaração Universal dos Direitos Humanos⁴⁷ e a nossa Constituição, dois documentos tidos como base para o exercício jornalístico no Brasil.

É nesse contexto contraditório que esta pesquisa é realizada e apresentada na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contexto esse que se reflete nas páginas dos principais veículos impressos. Uma mídia que joga dos dois lados, que adota um discurso com vontade de diversidade visando conquistar um determinado público, mas que não se opõe de maneira efetiva a políticas que atingem de forma radical às classes sociais mais baixas. Se o fizesse, perderia ainda um outro público. Não é um comportamento em prol da inexistente imparcialidade, mas do mercado. Os grandes veículos de comunicação, não podemos nos esquecer, também são empresas.

Esse jogo duplo em muito se assemelha à lógica pendular de silenciamento e evidenciamento da cor, também discutida nos capítulos anteriores. Como discutimos anteriormente, a mídia opera para a manutenção dos interesses de uma elite, sendo a própria mídia uma representação de uma elite intelectual. O professor Ricardo Alexino Ferreira resumiu bem essa postura oscilante no artigo “Quando a imprensa branca fala da gente negra”.

⁴⁷ Disponível em <<http://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>>. Acesso em 26 jun. 2019.

A postura da imprensa frente a todas estas mudanças políticas tem sido bastante oscilante. Ora a imprensa avança na discussão, outras vezes fica num discurso superficial e inócuo. O jornalista, através do improvisado, vai pela intuição, transitando entre esses fenômenos. Porém, este modelo já não tem dado conta das muitas realidades sociais. Assim, os profissionais de imprensa que não estiverem preparados para coberturas jornalísticas sobre o segmento negro podem reforçar atos de racismo, discriminação e estereótipos, mesmo quando a linha editorial do jornal não for esta. Vale mencionar aqui que os jornais fazem questão de anunciar que não compactuam com qualquer tipo de discriminação ou racismo. O que de fato pode acontecer. Mas, se existe esta preocupação, é por que o problema anda rondando as redações. (FERREIRA, 2004, p. 22)

O problema parece ter colocado a imprensa brasileira em maus lençóis diante de seu público. Como vimos por meio das respostas de nossos entrevistados, a quantidade total de profissionais negros nas redações parece ter aumentado de maneira ainda tímida e, também segundos nossos entrevistados, um tanto quanto improvisada, por interesse individual de um ou outro editor, um ou outro repórter. Mas o que poderia levar seus editores a adotar, nos últimos anos, a expressão “política de diversidade” quando da inserção de jornalistas negros nas redações?

Além de usar a expressão como possível estratégia de marketing e acalmar os ânimos de um público que o pressiona por diversidade a cada “deslize” cometido – ou seja, a cada vez que um veículo deixa transparecer seus racismos de forma explícita –, há estudos que associam diretamente a diversidade ao aumento da lucratividade. Uma pesquisa da consultoria McKinsey & Company⁴⁸ revelou, por exemplo, que empresas com equipes executivas de maior diversidade étnica têm uma probabilidade 33% maior de superar outras empresas na lucratividade. A busca por uma cobertura mais ampla sobre assuntos antes não abordados é benéfica para o exercício jornalístico, mas também visa a conquista de outros públicos leitores.

Essa questão foi um fator recorrente nos relatos de nossos entrevistados. Não foram poucos os que afirmaram com muita segurança que a contratação de jornalistas negros também pode ser usada como estratégia de marketing por veículos impressos. É quase uma nova regra para se sobreviver aos novos tempos. De toda forma, todos os entrevistados

⁴⁸ Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/livre-iniciativa/carreira-e-concursos/diversidade-e-sinonimo-de-lucro-para-as-empresas-mostram-estudos-62h9akvjk9zokpn8ry3i52ph5/>>. Acesso em 26 jun. 2019.

pareceram concordar, essa abertura está sendo benéfica para os próprios jornalistas negros que pretendem se inserir no mercado. O que não significa que essa “política” não deva ser vista com cautela para que esses mesmos profissionais não sejam instrumentalizados pela mídia e reduzidos a uma cobertura específica. É preciso que se estabeleça um espaço de diálogo com esses jornalistas, algo que, como pudemos perceber pelos relatos, ainda não ocorre na maior parte das redações.

Com o intuito de entender como os veículos impressos respondem a essa pressão por diversidade, perguntamos aos nossos entrevistados se eles tinham conhecimento de alguma política de diversidade que tivesse sido adotada por alguma das redações pelas quais eles haviam passado. A resposta foi unânime: não. A preocupação pela inserção de jornalistas negros parte, muitas vezes, dos próprios jornalistas negros que conseguiram driblar as formas ainda muito elitistas de acesso a esses veículos. Os colegas e chefes brancos ou passam a se importar em contato com esses jornalistas ou minorizam a questão.

Não há política de diversidade, há um desejo de diversidade. Ou pelo menos um discurso do desejo de diversidade. No fim, a diversidade (se ela existe, em menor ou maior medida) acaba dependendo da ação de indivíduos (pessoas que indicam negros e negros para vagas, gestores que visam contratar pessoas "diversas"), e não da empresa como um todo.⁴⁹

Para entrarmos na questão da diversidade, precisamos antes voltar às universidades e entender que tipo de profissionais estamos formando.

4.1 Um homem com uma máquina ou uma máquina em um homem

Até a implementação das políticas de ação afirmativa, a população negra era tangida para longe do chão universitário como gado leproso. Para Abdias Nascimento, a universalidade da universidade brasileira não comporta o mundo negro-africano e, até então, tampouco dava acesso a essa população. Não surpreende que “falar em identidade negra numa universidade do país [seja] o mesmo que provocar todas as iras do inferno”. (NASCIMENTO, 2016, p. 114) Pensamos em trocar o tempo verbal dessa citação e remeter tal reação ao passado, tendo em vista que esses escritos de Abdias Nascimento datam da década de 1970.

⁴⁹ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 2 mai. 2019.

Seria como se estivéssemos afirmando que a população negra já conseguiu se consolidar dentro do ambiente acadêmico. Um completo equívoco.

O artigo “Do racismo epistêmico às cotas raciais: A demanda por abertura na universidade” (2018), assinado por pesquisadores do Grupo de Estudos sobre Relações Raciais no Brasil da Escola de Comunicação da UFRJ, toma como base a percepção de quem teve de desbravar a Academia até a docência. São esses professores, que se formaram em instituições que construíram sua reputação sob o apagamento de biografias de intelectuais negros, que agora recebem e formam a nova geração de intelectuais.

Assim como os jornalistas negros que desbravam as redações Brasil afora, esses professores procuram usar referências teóricas diversificadas visando a reconfiguração, ainda que de forma pequena e um tanto quanto orgânica, do ambiente universitário. A mesma universidade que forma os futuros jornalistas depende do improviso de profissionais negros quando o assunto é diversidade. A inserção de pessoas negras nesse ambiente também representa uma ameaça. A disputa por esse espaço acontece frontalmente, no corpo a corpo, mas também no campo discursivo. O projeto de reconfiguração desses professores parece ser, sobretudo, um projeto de reconfiguração da identidade de um espaço aberta e historicamente elitista e racista.

Para explicar essa disputa no campo identitário, recorreremos ao sociólogo jamaicano Stuart Hall:

[...] toda identidade tem, à sua margem, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo ‘identidade’ assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ - mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado. Laclau (1990) argumenta de forma persuasiva, que a ‘constituição de uma identidade social é um ato de poder’, ‘pois se uma identidade consegue se firmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça (HALL apud MARTINS et al, 2018, p. 125)

Sendo assim, após a implementação das políticas de ação afirmativa nas universidades federais, talvez estejamos vivendo um dos momentos de maior ameaça a essa elite intelectual. Parafraseando Abdias Nascimento (2016), falar sobre negritude nas universidades públicas do país constitui um difícil desafio para os negros. Não necessariamente para os brancos. Ainda que promover discussões acerca do racismo seja incômodo à Academia, quando pessoas brancas o fazem tomam pessoas negras como objeto de seus estudos. As estruturas

acadêmicas se mantém. Por outro lado, quando um negro ousa se portar como sujeito de sua história e escrevê-la obedecendo a todo o rigor científico que o ambiente acadêmico pede, ele faz com que as estruturas comecem a chacoalhar. Luciene Dias, professora da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), resume bem essa diferença de tratamento entre pesquisadores brancos e negros diante de um mesmo objeto de pesquisa:

[...] pela minha experiência pessoal há, sim, uma abertura para a discussão sobre o racismo, mas esta abertura está concentrada nos corpos negros. Não noto nos corpos brancos uma abertura real de combate ao racismo, percebo que muitos enxergam o racismo como um bom objeto de pesquisa apenas. Vemos, neste cenário, brancos pesquisando negros apenas para valorizarem os seus próprios currículos, em meio a poucos bem-intencionados. Este oportunismo não é específico das pesquisas sobre relações étnico-raciais, faz parte da compreensão de ciência, em que determinados grupos humanos se transformam em objetos de pesquisa. (DIAS apud MARTINS et al, 2018, p. 133)

Nemézio Amaral Filho, professor da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), reitera que no Departamento em que leciona a “política racial não é debatida até o momento. As discussões são apenas pontuais” (AMARAL FILHO apud MARTINS et al, 2018, p. 137).

É nesse contexto acadêmico que se formam os jornalistas brasileiros. Em sua maioria, alheios à discussão sobre diversidade. Entrando de forma mais intensa na formação do jornalista como profissional, o professor Ricardo Alexino Ferreira aponta que as universidades brasileiras pegaram para si a responsabilidade de formar jornalistas-técnicos, produtos a serem incorporados pelo mercado, quando, segundo o pesquisador, deveria estar formando profissionais com conhecimento interdisciplinar. Não é como se as faculdades de jornalismo devessem se voltar contra o mercado. Elas devem estar atentas a ele, mas não podem virar reféns dele.

A culpa não é apenas do jornalista, mas de todo um sistema mecânico, industrial, que o leva a se tornar uma mão-de-obra executora, repetitiva. A universidade não dá oportunidade para que ele conheça com profundidade os teóricos da sua própria área de conhecimento e os cursos têm se tornado aberrações. Tanto que é comum o próprio estudante de Jornalismo classificar o curso como sendo *light*. A melhor expressão da lei do menor esforço. (FERREIRA, 2004, p. 24)

Nessa perspectiva, o jornalista não é mais uma pessoa a frente de um computador, mas uma máquina de escrever que assume forma humana. As universidades ensinam técnicas de apuração e formatação de um texto jornalístico, mas não criam ou incentivam um espaço para o diálogo de questões importantes para a sociedade na qual esse profissional pretende se inserir. O olhar fica viciado. O jornalista, que deveria exercer uma postura crítica, questiona pouco as estruturas da sociedade. Uma formação precária serve também à manutenção de determinados interesses.

Um jornalista não é só um mero relator dos fatos, apesar de muitos empresários de comunicação preferirem que assim esse profissional se comporte. Um jornalista é um reelaborador de realidades, “um profissional diferenciado que deve lidar criticamente com as realidades passadas, presentes e futuras e, por isso mesmo, deve ter uma visão além do senso comum”. Uma matéria jornalística pode ser, dessa forma, um elemento de inquietação e reflexão social. (FERREIRA, 2004, p. 26)

Mas a adoção dessa postura num ambiente de trabalho majoritariamente branco e que pertence a uma suposta elite intelectual brasileira não é vista com bons olhos. Para bell hooks, teórica e ativista feminista norte-americana, quando nos expressamos, em nossos empregos, “a partir de um ponto de vista descolonizado, arriscamos ser vistos como perigosos e pouco cordiais”. (HOOKS, 2019, p. 58)

4.2 Velhas raposas no comando

Há um outro lado sobre a questão da diversidade no jornalismo. Com redações majoritariamente brancas, as revistas e os jornais deixam de contar histórias, das mais simples às mais complexas. A sub representação faz mal ao jornalismo. Uma redação com um corpo profissional que em nada se assemelha à demografia do lugar que ela cobre faz um jornalismo, de certa forma, deficiente. “Se o ponto de vista de um negro não é escutado quando, por exemplo, as pautas de um telejornal são pensadas, no produto final ele não existirá” (DIAS apud MARTINS et al, 2018, p. 138).

Em artigo para a *Columbia Journalism Review*, Jelani Cobb escreveu sobre como uma matéria sobre um assalto no Bronx, em Nova York, pode suscitar questões interessantes sobre diversidade no jornalismo. Quando confrontados pelo assaltante armado, muitas das vítimas

se recusaram a entregar os seus pertences, mesmo que só estivessem com poucos dólares no bolso. O *The New York Times* ouviu um criminologista que sugeriu que poucos dólares não valiam a vida de uma pessoa. A matéria incomodou Cobb, que já morou naquela região e entendia a dificuldade daqueles moradores em ceder às pressões do assaltante.

Eis o que eu sabia: as pessoas que vivem em um bairro pobre e são confrontadas por um assaltante se veem fazendo cálculos que raramente as pessoas que vivem em áreas mais ricas e seguras fariam. Os poucos dólares em seus bolsos podem representar sua única maneira de chegar ao trabalho; entregar dinheiro não é apenas uma perda imediata, mas também uma que põe em risco o salário futuro. Mais crucialmente, as pessoas que são conhecidas por serem facilmente vitimadas provavelmente se tornarão alvos freqüentes, uma realidade que pode tornar seu bairro virtualmente inabitável. O que para o jornalista parecia incompreensível era, para muitos moradores, razoável. (COBB, 2018, n.p., tradução nossa)⁵⁰

Para o professor da Columbia University, o artigo representou não só um caso em que um jornalista perdeu uma história. O episódio suscita a questão do que acontece quando a demografia de um jornal não se assemelha em nada a demografia das áreas que esse veículo se propõe a cobrir. “As pessoas que mais aparecem nesses tipos de histórias são as que menos têm chance de opinar sobre como essas histórias são contadas”, escreve Cobb (2018, tradução nossa)⁵¹.

O mesmo raciocínio foi reiterado por muitos dos jornalistas entrevistados por esta pesquisa. “Algumas reportagens que fiz outros poderiam ter feito. Por que não fizeram? Talvez por não sentirem ser tema relevante”.⁵²

Acho que a falta de profissionais negros, por virmos a maioria dos negros de contextos pobres ou de periferia, deixa o jornalismo burguês demais. Há fenômenos da vida cotidiana que muitas vezes escapam ao jornalismo porque se tratam de fenômenos que primeiro explodem na periferia e só depois viram “mainstream”. Mas a falta de diversidade o que traz mesmo é a falta de matizes nos discursos, inclusive na linguagem, nas referências. Quando

⁵⁰ Texto original: *Here’s what I knew: People who live in a rough neighborhood and are confronted with a demand for money are forced to make calculations that people in safer, more affluent areas rarely think about. The few dollars in their pockets may represent their only way to get to work; surrendering cash is not only an immediate loss but also one that jeopardizes a future paycheck. More crucially, people who are known to be easily victimized likely will become frequent targets, a reality that may make their neighborhood virtually unlivable. What to the journalist seemed inscrutable was, to many residents, reasonable.* Disponível em <https://www.cjr.org/special_report/jelani-cobb-race-and-journalism.php>. Acesso em 21 nov. 2018.

⁵¹ Texto original: *The people who are most likely to appear in these kinds of stories are the least likely to have a say in how those stories are told.* Idem.

⁵² Entrevista concedida ao autor por e-mail em 17 abr. 2019.

comecei no jornalismo, me sentia uma estranha no ninho porque vários colegas vinham da elite do ensino e do pensamento paulistas, e a impressão que tinha (verdadeira, em alguns casos) é que todos se conheciam de antes, da infância, de colégios. Então às vezes havia conversas nas quais eu simplesmente não conseguia entrar, porque não tinha as mesmas referências para compartilhar, apesar de sermos de gerações semelhantes e de vivermos e termos nascido na mesma cidade.⁵³

Pelas respostas de nossos entrevistados, é possível perceber um esforço para não se deixar perder histórias que se referem a grupos minorizados e que sempre foram vistas como *menores* pela mídia. Um repórter carioca de 32 anos contou sobre o prazer que sente em tentar contar histórias de pessoas negras com a mesma complexidade com que a mídia se propõe a contar histórias de pessoas brancas de elite. Outro, também carioca, compartilhou conosco uma de suas estratégias para a inserção de personagens e fontes negras para além dos estereótipos já estabelecidos. “[...] normatizo, em minhas matérias, a presença do negro para além do 20 de novembro. Vivo para mostrar que o conceito de negro não cabe nas ‘negritudes’ que nos empurram e sinto que essa [nova] geração de jornalistas negros já chega rindo da cara desses rótulos”.⁵⁴

Atuei como repórter, redatora e editora chefe do Suplemento Feminino do jornal *O Estado de S. Paulo*, um suplemento voltado às mulheres das classes A e B, tradicional. Fui trabalhar lá quando o suplemento estava perto de completar 50 anos, sem nunca ter tido uma repórter negra ou um entrevistado negro em suas páginas. Eu fui a pioneira. Terezinha Malaquias, a modelo vivo, maravilhosa, foi a primeira capa negra que eu emplaquei. E em todas as matérias que eu fazia, fosse de economia, direito, gastronomia, sempre entrevistava um profissional negro ou negra. No Dia das Crianças, criança negra na capa! Cecília Mesquita, diretora do suplemento e uma das donas do jornal, percebeu e comentou, não muito feliz.⁵⁵

A diversidade colabora diretamente com a democracia, principalmente na produção de conteúdo, na elaboração de pautas. A minha vivência como preta, feminista, lésbica e pobre versa sobre contextos e traz realidades que outras vivências sequer enxergariam como pautáveis. Diariamente tento trazer na minha produção de notícias mais mulheres, negras e negros para colaborarem, seja como personagens, como profissionais especialistas ou a própria sugestão de pauta.⁵⁶

⁵³ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 17 abr. 2019.

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 18 abr. 2019.

⁵⁵ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 25 abr. 2019.

⁵⁶ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 29 abr. 2019.

Essas estratégias, apesar de importantes, não movem sozinhas as estruturas de poder que regem os veículos de comunicação. "Não cabe a pessoas de cor⁵⁷ fazer esse trabalho sozinho", disse Dodai Stewart, vice-editor do *The New York Times* e defensor da diversidade na mídia. "As pessoas que têm *poder* são aquelas que precisam consertar isso"⁵⁸ (tradução nossa, grifo nosso). Ou seja, a própria chefia deve pensar em soluções, junto a seus funcionários, para o problema da falta de diversidade em sua equipe.

Mas, se as redações no geral têm certa dificuldade para lidar com a diversidade, os que ocupam os mais altos cargos de chefia mal saberiam soletrar essa palavra. As redações continuam sendo chefiadas por “velhas raposas” – homens brancos de meia idade.

Acho que ainda fazemos o mesmo jornalismo de cem anos atrás. Avançamos muito na sociedade, mas quem faz o jornal ir para a prensa, o chefe de redação, o dono do jornal, o jornalista com 40 anos de profissão, esse avançou pouco e queria que tivesse avançado menos. Então você sai da faculdade cheio de planos e sonhos e se depara com um mercado meio morto-vivo, ainda dominado por velhas raposas, que normalmente são homens brancos velhos e ricos. Acho que muita gente tem fugido do jornalismo impresso porque ele tá morrendo e uma das causas dele estar morrendo é que ele avançou muito pouco. E os jovens negros, eu sinto isso, se vêem pouco acolhidos nestes ambientes.⁵⁹

De forma alguma sugeriríamos que essas velhas raposas perdessem seus cargos, mas, pela sustentabilidade do jornalismo, elas precisam (re)aprender a ouvir. Para Samhita Mukhopadhyay, editora-executiva da *Teen Vogue*, as pessoas em posições de poder na mídia precisam checar seu privilégio e estar dispostas a ouvir os grupos minorizados, a serem abertas e não defensivas, a estarem dispostas a assumir que podem estar erradas. “Isso é raro nesta profissão porque quão mais alto você for, mais você acha que sabe sobre tudo e se cerca de pessoas que só dizem ‘sim, senhor’” (tradução nossa)⁶⁰.

⁵⁷ A expressão “pessoa de cor” nos Estados Unidos faz referência não só a pessoas negras, mas também a outros grupos como, por exemplo, a população latina. Dessa forma, optamos por não traduzi-la como “pessoas negras” porque o jornalista faz uso dela para se referir a outros grupos minorizados.

⁵⁸ Texto original: “*It’s not up to people of color to do this work alone,*” Dodai Stewart, a deputy Metro editor at *The New York Times* and a vocal advocate for diversity in media, says. “*The people who have the power are the ones who need to fix this.*” Disponível em <https://www.cjr.org/special_report/race-ethnicity-newsrooms-data.php>. Acesso em 24 jun. 2019.

⁵⁹ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 17 abr. 2019.

⁶⁰ Texto original: “*People in positions of power in media have to check their privilege and be willing to listen to people of color, to be open and non-defensive, to be willing to be wrong,*” Mukhopadhyay says. “*That’s rare in this profession because the higher up you go, the more right you think you are about everything, and the more you surround yourself with yes men.*” Disponível em <https://www.cjr.org/special_report/race-ethnicity-newsrooms-data.php>. Acesso em 26 jun. 2019.

A *Teen Vogue* americana é um caso interessante a ser discutido. Em 2016, Elaine Welteroth se tornou a segunda mulher negra em 107 anos a ocupar o cargo de editora chefe do grupo Condé Nast. Sob seu comando, o projeto editorial da revista sofreu mudanças estruturais e questões sociais e políticas passaram a entrar em debate. O resultado é surpreendente: o site da revista pulou, em um ano, de 2,9 milhões de visitantes para 7,9 milhões. E a seção de política agora ultrapassa a seção de entretenimento em número de visualizações.⁶¹

Mas voltemos à questão da escuta. É a partir dela que se pode construir um jornalismo que não só diz se preocupar com sua responsabilidade social, mas que de fato tece estratégias para a criação de um jornalismo mais responsável. A prova cabal de que as redações ainda não estão preparadas para a cobertura de assuntos referentes à população negra é que todos os nossos entrevistados afirmaram desconhecer qualquer menção à diversidade existente nos manuais de redação dos veículos pelos quais passaram. Alguns relataram pequenas iniciativas de repórteres quanto a expressões que podem ser machistas e sexistas, como a criação de uma lista de expressões “proibidas” que é compartilhada com os demais colegas. Os relatos dos entrevistados refletem as decisões editoriais dos principais jornais do país. *O Globo*, por exemplo, criou uma editoria⁶² voltada para o debate de gênero, mas as questões raciais ainda não parecem preocupar. A ideia não é de todo inovadora. Anos antes o *The New York Times* também havia criado uma editoria⁶³ voltada para a cobertura do tema.

No dia 28 de abril de 2019, a *Folha de S.Paulo* anunciou a criação de uma editoria de Diversidade. De forma transversal, o editor da seção atuaria desde a diversidade de pautas, enfoques, fontes ouvidas até os processos de contratação de jornalistas. Para Paula Cezarino, a então editora de Diversidade do jornal, “uma equipe diversificada oferece estilo, ideias e ironias mais ricas”⁶⁴. Sérgio Dávila, diretor de redação da *Folha*, afirmou que o intuito é “furar a bolha que nós, jornalistas, vivemos. Tendemos a ser de classe média, brancos, moramos em bairros privilegiados de metrópoles. Acabamos tendo experiências muito parecidas.”⁶⁵ A nova função, ele afirma, também busca atrair um novo leitorado para o jornal.

⁶¹ Disponível em <<https://medium.com/ojornalismoonobrasilem2018/a-diversidade-pode-salvar-o-jornalismo-da-fal%C3%A7%C3%A2ncia-e-da-irrelev%C3%A2ncia-a97aa823606f>>. Acesso em 26 jun. 2019.

⁶² Disponível em <<https://oglobo.globo.com/celina/>>. Acesso em 26 jun. 2019.

⁶³ Disponível em <<https://www.nytimes.com/spotlight/gender-and-society>>. Acesso em 27 jun. 2019.

⁶⁴ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>>. Acesso em 26 jun. 2019.

⁶⁵ Idem.

Em junho, esta pesquisa também ouviu Cezarino, mas, como a editoria é um projeto embrionário cujo plano de atuação ainda estava sendo traçado, preferimos não tirar conclusões precipitadas.

O artigo “Igualdade racial entre os jornalistas ainda é uma meta” mostra que, enquanto o Brasil começa a engatinhar nas questões referentes à diversidade no jornalismo, importantes veículos internacionais como o *Washington Post* discutem isso há mais de uma década. Em maio de 2003, Eugene Robinson, então editor do caderno de variedades do *Washington Post*, esteve no Brasil. Em entrevista à revista *Imprensa*⁶⁶, ele disse que uma das coisas que o preocupava como editor era a representação dos grupos minorizados, tanto em relação à equipe, quanto nas coberturas. Robinson ressaltou que “também é importante que essas minorias tenham cargos decisórios – não adiantaria nada se todas as decisões estivessem concentradas nas mãos de homens brancos, por exemplo. A diversidade se estrutura assim.” (ROBINSON apud CARRANÇA, 2004, p. 179)

O ponto levantado por Robinson é essencial para entender o porquê dos poucos jornalistas negros que integram as principais redações do país não terem conseguido fazer grandes mudanças no veículo em que trabalham. Estagiários, trainees e repórteres iniciantes são chão de fábrica. A questão da diversidade racial deve perpassar todas as instâncias de poder para que um veículo possa se assumir como diverso de fato. Não há como se fazer um jornalismo diverso em um ambiente dominado única e exclusivamente por velhas raposas.

4.3 Por uma linguagem responsável

Para a construção de um jornalismo antirracista, a mídia tem como um de seus maiores desafios rever suas práticas racistas e etnocêntricas. Um jornalismo comprometido com sua responsabilidade social perpassa também pela construção de métodos e estratégias discursivas, além da denúncia de relações de poder desiguais no ambiente de trabalho. Diversidade não é apenas sobre a entrada de novas escritas, requer também uma reestruturação do próprio exercício jornalístico.

Essa perspectiva é defendida pelas pesquisadoras Marisa Sanematsu e Nilza Iraci (2004) no artigo “Mídia e racismo – a que se destina?”, que se propôs a analisar a cobertura da imprensa brasileira sobre a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação

⁶⁶ Revista *Imprensa* nº 183, ago 2003.

Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”. Nele, Sanematsu e Iraci conseguiram apontar como o racismo ainda era coberto de forma improvisada e precarizada pelos principais veículos brasileiros. As abordagens, as escolhas, o tipo de linguagem utilizada, tudo era decidido, muitas vezes, pelo próprio repórter que certamente dispunha de menos informações ao seu alcance do que nos dias de hoje. É um raciocínio que serve à lógica de um jornalismo tecnicista que despreza o impacto e a responsabilidade social da profissão. De forma contraditória, é esse mesmo jornalismo que preza por estratégias de comunicação bem delimitadas que escancara o seu racismo ao não se preocupar com as questões raciais durante uma cobertura.

A prática da Comunicação para nós, agentes de transformação social, deve ser uma ação cotidiana que requer, para que tenhamos um conteúdo real, atitudes precedidas por ações racionais, apoiadas por instrumentos metodológicos adequados, sem nos limitarmos simplesmente à intuição e ao uso de alguns princípios elementares. Dessa forma, o desenvolvimento de políticas e estratégias de comunicação nos movimentos sociais são instrumentos essenciais para se atuar com eficiência nesse contexto. (SANEMATSU & IRACI, 2004, p. 159)

É refletindo sobre essa reestruturação que organizações se empenharam em construir manuais de redação que prezem tanto pelo uso de uma linguagem responsável para com personagens e fontes negros quanto pense novas abordagens para a cobertura sobre racismo e negritude. Entre esses materiais, destacamos o trabalho da ONU Mulheres, da ONG feminista Think Olga e da escola ÉNóis de jornalismo.

O “Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia”, organizado por Angélica Basthi e produzido pela ONU Mulheres, discute questões raciais no jornalismo a partir de uma perspectiva de gênero. Ele dá o pontapé inicial para uma discussão que deve acontecer dentro das redações e entre os próprios jornalistas. O capítulo sobre linguagem, por exemplo, consiste em uma tabela com cinco sugestões básicas em que apenas uma dialoga diretamente com a perspectiva racial: “Evite o uso de verbos ou adjetivos que reforcem os estereótipos sobre os grupos aos quais as mulheres pertencem tais como negro/a (no sentido negativo), denegrir, indolentes, etc.” O guia sugere, por exemplo, que a frase “a face negra da morte materna tem revelado que...” seja substituída por “o grave problema da morte materna tem revelado que...”. (BASTHI, 2011, p. 38)

Outro ponto apresentado de forma pragmática pelo guia são os cinco critérios para a seleção e produção da notícia. Para a organização, uma perspectiva de gênero que pense as questões étnico-raciais pode ser aplicada a partir do momento em que o jornalista e, idealmente, o veículo no qual ele trabalha

- 1) assumem uma postura diversificada na escolha de pauta;
- 2) utilizam critérios de gênero, raça e etnia para escalar a fonte da matéria;
- 3) definem, em caso de situação de risco da fonte, os critérios de abordagem;
- 4) usam uma linguagem na perspectiva de gênero, raça e etnia;
- 5) optam, sempre que possível, por imagens positivas de mulheres negras e indígenas para ilustrar o conteúdo de qualquer notícia digitalizada, impressa, eletrônica ou sonora.

O projeto “Minimanual de Jornalismo Humanizado”, produzido pela ONG Think Olga, reúne dicas simples e diretas para jornalistas e veículos que desejam “tornar a leitura de notícias uma experiência agradável e respeitosa para pessoas tão diversas quanto a humanidade pode ser”⁶⁷. Dividido em oito partes, os manuais discorrem sobre violência contra a mulher, pessoas com deficiência, racismo, estereótipos nocivos, população LGBT, aborto e jornalismo esportivo.

Nesta pesquisa, focamos na parte que se propõe a discutir práticas racistas⁶⁸. O primeiro termo julgado como inadequado pela ONG é a designação de “mulata”, muito comum para se referir a mulheres negras de pele clara que tem seus corpos sexualizados. Até 2018, a coluna de Ancelmo Góis no jornal *O Globo* titulava anualmente uma mulher como “mulata do Góis”⁶⁹ durante o carnaval. A expressão que reforça fortes estereótipos sobre mulheres negras foi abolida em muito pela insistência de repórteres negros que agora compõem a equipe de Góis. Em sua antiga coluna no site da revista *Carta Capital*, Djamilia Ribeiro chegou a chamar a titulação de um “show de horrores machista”⁷⁰, condenando expressões que já foram usadas na coluna como “apreciador de mulatas”, referindo-se ao

⁶⁷ Disponível em <<https://thinkolga.com/2018/01/31/minimanual-de-jornalismo-humanizado/>>. Acesso em 26 de jun. de 2019.

⁶⁸ Disponível em <<https://think-olga.s3.amazonaws.com/pdf/racismo.pdf>>. Acesso em 26 de jun. 2019.

⁶⁹ Disponível em <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/nova-safra-de-mulatas-do-gois.html>>. Acesso em 26 jun. 2019.

⁷⁰ Disponível em <<https://www.geledes.org.br/nem-mulatas-do-gois-e-nem-no-interior-de-grazi-massafera/>>. Acesso em 26 jun. 2019.

próprio Ancelmo Góis, e “nova safra de mulatas”, “mulata sub 20”, “espécie”, quando em referência a mulheres negras.

O termo “mulata”, ostensivamente usado durante o carnaval, vem do termo em latim *mulus*, que significa “mula”. Trata-se do animal resultante do cruzamento entre o cavalo e a mula e passou a ser aplicado à filha do homem branco com a mulher negra, colocando a mulher negra como pessoa de segunda categoria. Da mesma forma, as mulatas são tratadas como um objeto, um souvenir brasileiro a serviço dos turistas.⁷¹

O manual da ONG sugere que o jornalista abra mão de eufemismos sobre a cor da pele de seus entrevistados, tais como “morena”, “mulata” ou “de cor”. A dificuldade em apontar alguém como negro é sintomática desse racismo à brasileira, construído sobre uma política de embranquecimento da população. Para uns, soa mais elogioso chamar uma pessoa de “morena”, ainda que sua pele seja tão escura quanto a da atriz queniano-mexicana Lupita Nyong’o. Sem rodeios, o manual vai direto ao ponto: “Descreva a pessoa como ela é: negra. A negritude abrange uma gama ampla de tonalidades e traços – e não é ofensa chamar alguém de negro(a).”

Parece simples, mas a condenação de expressões já enraizadas em nossa sociedade não é vista com bons olhos por muitos jornalistas. Por mais que se explique a sua problemática, alguns lutam por expressões desgastadas como se eles próprios as tivessem cunhado. Alguns chegam a interpretar essa condenação até mesmo como “censura” ao jornalismo.

Outros ainda não poupam críticas aos grupos minorizados por fazerem uma vigília cerrada sobre os meios de comunicação social, alegando que estes grupos estariam fazendo reedição da censura. No entanto, isto também pode ser falso. O artista não inspira a sua obra fora de um contexto social. A sua obra é a expressão da ideia que ele ou seu grupo querem defender. Não existe obra neutra ou apenas com a finalidade de fazer divertir. Qualquer obra tem uma finalidade explícita ou implícita. E isto vale para qualquer comunicação, tornando-se necessário questionar o eurocentrismo, que seria a exacerbação dos valores euro-ocidentais brancos em detrimento de todas as demais culturas. (FERREIRA, 2004, p. 24)

O manual da Think Olga questiona também a discussão que apresentamos no início deste capítulo. O texto incentiva que jornalistas questionem opiniões racistas – que muitas vezes não se tratam de opiniões, mas de discriminação racial. Publicar cartas e mensagens de

⁷¹ Disponível em <<https://think-olga.s3.amazonaws.com/pdf/racismo.pdf>>. Acesso em 26 de jun. de 2019.

leitores, por exemplo, é uma escolha do próprio veículo. Publicar mensagens racistas não é, pois, uma obrigação para com o seu leitor. A partir do momento que esse jornal decide publicar mensagens racistas travestidas de opinião sem rebatê-las, ele está ajudando a propagar discursos racistas e demonstrando a despreocupação do próprio veículo com questões raciais. É uma escolha ceder um lugar de prestígio e reconhecimento, que é a imprensa, para propagar racismo.

Uma frase extremamente racista proferida por Dunga, ex-técnico da Seleção Brasileira, pode ser comparada a uma fala do então presidente Jair Bolsonaro. O tratamento pela mídia foi similar. Em 2015, em entrevista ao Globo Esporte, Dunga disse: “acho que sou afrodescendente, de tanto que apanhei e gosto de apanhar”. Pelo seu impacto, a frase virou manchete da matéria e, ao longo do texto, não foi contestada de nenhuma forma.

[A frase] é meramente utilizada para ganhar audiência sem nenhum posicionamento sobre a problemática contida no que foi dito. Em vez de publicar uma mera decupagem da entrevista com uma frase tão infeliz que propaga discursos racistas, o ideal é fazer alguma referência à citação problemática e, se possível, apresentar uma crítica com as aspas de algum(a) especialista.⁷²

Em 2017, durante uma palestra no clube judeu Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro comparou populações quilombolas a gado. "Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles." Na matéria sobre a cobertura do evento, o jornal *O Estado de S. Paulo* transcreveu a frase proferida e iniciou o parágrafo abaixo com “o presidente também fez críticas a refugiados”⁷³. Para o jornal, a animalização do corpo negro é apenas uma questão de opinião, uma crítica de Jair Bolsonaro. A imprensa passou a associar o episódio a racismo apenas após a decisão do Ministério Público de abrir uma ação contra o então presidente⁷⁴. Por vezes, o presidente declarou “se algum idiota vier falar comigo sobre misoginia, homofobia, racismo, ‘baitolismo’, eu não vou responder sobre isso”

⁷⁵ em seus discursos, inclusive neste dia da Hebraica. Muitas matérias inserem trechos, como

⁷² Disponível em <<https://think-olga.s3.amazonaws.com/pdf/racismo.pdf>>. Acesso em 26 de jun. de 2019.

⁷³ Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-podemos-abrir-as-portas-para-todo-mundo-diz-bolsonaro-em-palestra-na-hebraica,70001725522>>. Acesso em 26 jun. 2019.

⁷⁴ Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/bolsonaro-x-quilombolas-foi-racismo-ou-liberdade-de-expressao-cobuzr9vre1s0vy78boes719v/>>. Acesso em 26 jun. 2019.

⁷⁵ Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,processo-no-qual-bolsonaro-respondia-por-ofensas-a-negros-e-quilombolas-e-encerrado,70002859339>>. Acesso em 26 jun. 2019.

esse, em que ele menospreza os direitos humanos, mas raramente assumem uma postura crítica às suas declarações.

O “Manual de Diversidade no Jornalismo”, da ÉNóis, discute um ponto até então não abordado nos dois materiais anteriores: como veículos da grande imprensa podem criar parcerias com veículos alternativos a fim de trazer novos temas para a agenda pública. A Folha de S.Paulo, por exemplo, apoiou o nascimento da Agência Mural, que começou como um blog no site do jornal e hoje é uma agência de notícias das periferias.

Ter um diálogo permanente com esses veículos de mídia independente é uma forma de garantir que a agenda pública tenha uma conversa mais diversa e, por isso, mais próxima da realidade brasileira – ainda que a redação de parte desses veículos também seja formada por jornalistas que fizeram escola na grande mídia. (ÉNÓIS, 2017, p. 7)

Essa parceria é benéfica para ambos os lados. Além da possibilidade da grande mídia ampliar o seu público e chegar em muitos lugares onde antes não chegava, o veículo independente enriquece a produção jornalística como um todo ao trazer novos pontos de vista e se propor a quebrar estereótipos. O veículo alternativo ganha ainda credibilidade diante de um público que antes menosprezava o seu trabalho – fator que pode ser importante para o seu crescimento.

O manual também defende que se aproximar do leitor sem idealizá-lo é também uma forma de fazer um jornalismo mais representativo e mais diverso. A prática é mais comum em veículos que já nasceram no mundo online e criam sistemas para que seus leitores possam dialogar diretamente com o veículo para tecer críticas, elogios e sugerir ou votar em pautas, como fez a revista online feminista AzMina e a Agência Pública. Essa aproximação pode ser vista também como uma estratégia para garantir a sustentabilidade do veículo. “Se as reportagens trazem utilidade para o cotidiano dos leitores, há chances de que irão apoiar, assinar e/ou contribuir financeiramente com o canal” (ÉNÓIS, 2017, p. 13)

Há de se fazer uma crítica a esse manual. O capítulo que se propõe a pensar em estratégias para diversificar o comando restringe a discussão ao campo do gênero. Não é apresentada nenhuma possível solução para a valorização do trabalho e ascensão profissional de jornalistas negros.

5. Considerações finais

Como discutimos, o racismo age a partir de uma lógica perversa de lugar, em que o negro pertence a um não-lugar e se vê reduzido não só a papéis subalternos, mas ao corpo. Um jornalista negro, nesse sentido, tem sua intelectualidade subestimada. Da abolição para cá, o racismo soube como se reinventar. Operando por meio de uma lógica de ora silenciamento ora evidenciamento da cor, pessoas negras foram sendo humanizadas ou destituídas de sua humanidade conforme as regras do jogo.

Buscamos, nesta pesquisa, tentar entender o que acontece quando uma pessoa negra ocupa a posição de *autor*. A palavra causa estranhamento, parece ser uma designação forte demais para um simples jornalista. Esquece-se, no entanto, que até o mais simples dos jornalistas são reelaboradores de fatos. Jornalistas não são máquinas de escrever, mas seres humanos pensantes que comandam essas máquinas. Cada escolha discursiva tem seu sentido e pode impactar a sociedade. O jornalismo é um exercício que perpassa diferentes temporalidades. E, em meio a essa complexa responsabilidade social, são eles, os jornalistas, os Senhores da Memória. É inegavelmente um local de poder.

Considerando que pessoas negras foram historicamente privadas de ocupar esses lugares por trazerem em suas peles um “defeito de cor”, buscamos entender o que acontece quando essas mesmas pessoas chegam à imprensa. Nossa hipótese era de que um ambiente majoritariamente branco e que pouco se preocupa em debater questões raciais poderia impactar psicologicamente esses profissionais. Os relatos que recebemos confirmaram essa hipótese. Muitos de nossos entrevistados comentaram como a ausência de pessoas negras nas redações intensificaram uma sensação de solidão. Por outro lado, ouvimos também relatos orgulhosos. Apesar dos sentimentos negativos que esse ambiente pode provocar, veem que sua trajetória pode inspirar uma nova geração de jornalistas. Esse raciocínio tem potência para subverter a infidelidade do espelho que o jornalismo representa. É por meio da inserção desses profissionais que as pessoas negras podem passar a se verem refletidas nos jornais e revistas do país, ainda que o leitor não saiba que quem assina aquela matéria tenha a mesma cor de pele que a dele.

Escolhemos os veículos impressos justamente por essa suposta indiferenciação entre os repórteres. Com exceção de colunistas, os jornalistas não costumam ter seus rostos estampados nas páginas. Até a cor das assinaturas é a mesma. Pensamos que esse ocultamento

da face do jornalista nos pouparia de entrar na discussão sobre representatividade. Ledo engano. Pensávamos a partir da figura do jornalista e não de seu trabalho. No espelho infiel que a mídia representa, jornalistas negros podem ser essenciais para que pessoas negras possam se enxergar como seres humanos, como cidadãos.

Discutimos também por que do interesse da mídia em não retratar de forma positiva a população negra, falamos sobre racismo midiático e sobre o culto à diversidade que parece começar a rondar as redações do país. E foi aí que nos pegamos, de novo, envoltos pela lógica de silenciamento e evidenciamento da cor. A mídia que cobre questões referentes à população negra de forma improvisada e despreocupada é a mesma que parece se esforçar para mostrar que tem, em suas fileiras, um ou outro repórter negro. Como se esses poucos profissionais — que, em sua maioria, ocupam cargos pequenos e detém pouco poder diante da hierarquia dos veículos — fossem uma espécie de amuleto da redação responsável por afastar o mau agouro do racismo.

Racismo é isto: uma crença, uma superstição. Numa redação majoritariamente branca, apenas os que professam essa fé, os jornalistas negros, podem cobrir essas questões. Assim como cobre de maneira descuidada as questões referentes à população negra, a mídia ainda tem certa dificuldade em entender o racismo como parte estruturante de nossa sociedade, em entender a complexidade desse mecanismo.

Pouco mais da metade de nossos entrevistados afirmaram sofrer racismo no ambiente de trabalho. Compartilhamos, nesta pesquisa, relatos de profissionais que se sentiram estereotipados e subestimados, que foram preteridos diante de promoções, que foram comparados com traficantes ou bandidos por conta da cor de sua pele, que nunca receberam um boa noite de seus chefes. Mas que também ganharam os mais importantes prêmios de jornalismo do país. O racismo não só ronda as redações como fez morada dentro dela, estruturou as relações de poder da imprensa.

O objetivo de nossa pesquisa era levantar questões acerca da inserção de jornalistas negros na imprensa. Assim como muitas de nossas questões já haviam sido levantadas por outros autores, esperamos que esta pesquisa, a partir dos relatos que nos foram compartilhados, também possa suscitar outros debates. Todas as possibilidades certamente não foram aqui abordadas. Não nos propomos, por exemplo, a fazer um recorte de gênero. A hiperssexualização das mulheres negras também deve impactar no modo como essas profissionais são vistas dentro da redação. Quando ouviu que servia para ser “mulata do

Sargenteli”, uma de nossas entrevistadas passou a esconder o corpo no ambiente de trabalho para não ser reduzida a ele. A inserção dessa profissional nas redações, seus dilemas e os impactos psicológicos que esse ambiente pode provocar foi algo que não desenvolvemos, mas que gostaríamos de ler futuramente.

Outro ponto que pouco abordamos foi a criação da editoria de diversidade no jornal *Folha de S.Paulo*. Enxergamos muitas questões nessa implementação, mas, pelo caráter embrionário do projeto, preferimos não mergulhar no assunto. Uma pesquisa que acompanhasse esse processo ao longo dos próximos anos seria certamente importante para o nosso campo de estudo.

Por fim, gostaríamos de ressaltar a necessidade da construção de um jornalismo responsável, do resgate desse caráter a nossa profissão. Construí-lo requer tempo e dinheiro, duas coisas que estão em falta no mercado. Nos tempos em que estamos vivendo, o jornalismo precisa se reinventar, não apenas tecnicamente. É preciso repensar a profissão. Como apresentado pelos três manuais utilizados nesta pesquisa, em pouco tempo o jornalismo dependerá da diversidade para se manter sustentável. A construção de um jornalismo diverso não é de responsabilidade dos grupos minorizados, mas daqueles que detêm poder dentro da redação.

Enquanto não chegamos lá. É bom lembrar as palavras do jovem Machado de Assis, que, antes de sucumbir ao ceticismo, exultava de otimismo diante da ideia de um jornal. O autor escreveu que o jornalismo é “a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções”⁷⁶. Algo parece ter se perdido entre o encantamento de Machado e o nosso jornalismo. Ou talvez nunca tenha havido qualquer conexão. De todo modo, ainda há muito a se caminhar.

⁷⁶ Machado de Assis, 1986. *Obras completas*, vol. 3, p. 945.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018, 203 p.

BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. INTERCOM. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 84-101, 1995.

_____. Territórios da escrita. In: Escravos e o Mundo da Comunicação: Oralidade, Leitura e Escrita no Século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 95-119.

BASTHI, Angélica. Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia. Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011, 60 p. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/guia_jornalistas.pdf>. Acesso em 3 de jul. de 2019.

CAMPOS, Luiz et al. Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (GEMAA), n. 2, 2018, pp. 1-18.

CARRANÇA, Flávio. Igualdade racial entre os jornalistas ainda é uma meta. In: CARRANÇA, F; BORGES, R. (Orgs.) Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 175-179.

CONCEIÇÃO, Fernando. Do 13 ao 20: Mídia e etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos. In: CARRANÇA, F; BORGES, R. (Orgs.) Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 101-112.

COSTA, Cristiane. Pena de aluguel: Escritores jornalistas no Brasil 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 397 p.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, 194 p.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Quando a imprensa branca fala da gente negra: a visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes. In: CARRANÇA, F; BORGES, R. (Orgs.) *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 19-28.

FOUCAULT, Michel. O Que é um Autor? In: *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários. In: CARRANÇA, F; BORGES, R. (Orgs.) *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 113-134.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre escravos e escravizados:; percursos discursivos da liberdade. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade. Campinas, 2012, n.p.

HOOKS, Bell. Introdução: atitude revolucionária. In: *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. p. 30-43.

_____ Comendo o outro: desejo e resistência. In: *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. p. 64-95.

_____ Vendendo uma buceta quente: representações da mulher negra no mercado cultural. In: *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. p. 128-155.

_____ Um desafio feminista: devemos chamar todas as mulheres de irmã? In: *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. p. 156-169.

MARTINS, Zilda et al. Do racismo epistêmico às cotas raciais: A demanda por abertura na universidade. Revista Eco-Pós, v. 21, n. 3, 2018. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/20276/12630>. Acesso em 21 mar. 2019.

MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 384p.

MEDINA, Cremilda. Imprensa e racismo: espelho das contradições sociais. In: CARRANÇA, F; BORGES, R. (Orgs.) Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 29-34.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016, 232 p.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Suplicando a “dispensa do defeito da cor”: clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII. XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Seropédica: Associação Nacional de História, 2008, n.p. Disponível em <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212773302_ARQUIVO_Texto-AndersondeOliveira-Anpuh-RJ-2008.pdf>. Acesso em 20 jun. 2019.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017, 112 p.

SANEMATSU, Marisa; IRACI, Nilza. Mídia e racismo - a que se destina? Como a imprensa escrita brasileira cobriu a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. In: CARRANÇA, F; BORGES, R. (Orgs.) Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 135-160.

SODRÉ, Muniz. Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, 359 p.

_____ Uma lógica perversa de lugar. Revista Eco-Pós, v. 21, n. 3, 2018. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/22524/12624>. Acesso em 21 mar. 2019.

6. Apêndice

6.1. Apêndice A

Tabela 1 - Entrevistados distribuídos por regiões do país¹

Região	Número de entrevistados	Estados em trabalharam
Nordeste	8	Pernambuco, Ceará, Maranhão, Bahia
Centro-Oeste	4	Distrito Federal, Goiás
Sudeste	29	Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais
Sul	5	Rio Grande do Sul

6.2. Apêndice B

Tabela 2 - Entrevistados distribuídos por faixa etária

Faixa etária	Número de entrevistados
Entre 22 e 30 anos de idade	21
Entre 30 e 40 anos de idade	22
Entre 40 e 62 anos de idade	4

¹ Como alguns dos jornalistas entrevistados construíram suas carreiras passando por mais de um estado, a soma que os dados desta tabela sugerem supera o número total de 47 entrevistados. Nenhum de nossos entrevistados trabalharam na região Norte.